

Relatório & Contas Intercalar

Relatório e Contas Intercalar: BBVA IFIC, Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Junho de 2017

Índice

Secção I

Órgãos Sociais	3
1. Mesa da Assembleia Geral	3
2. Conselho de Administração	3
3. Conselho Fiscal.....	3

Secção II

Demonstrações Financeiras.....	4
1. Demonstrações Financeiras.....	4
2. Anexo às Demonstrações Financeiras (em 30 de Junho de 2017).....	7
3. Ficha Técnica.....	63

Secção I

Órgãos Sociais

1. Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Abílio José Ruas da Silva Resende

Secretário da Mesa

Lia Navarro Azriel Menéres Pimentel

2. Conselho de Administração

Presidente

Óscar Manuel Cremer Ortega

Vogais

Abílio José Ruas da Silva Resende

José Miguel Blanco Martin

3. Conselho Fiscal

Presidente

Plácido Norberto dos Innocentes

Vogais

João Duarte Lopes Ribeiro

Avelino Antão

Secção II

Demonstrações Financeiras

1. Demonstrações Financeiras

Balanços a 30 de Junho de 2017 e 2016

BBVA, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2017		2016	
		Valor antes de imparidade e Amortizações	Amortizações, Provisões e Imparidade	Valor Líquido	Valor Líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	23	1 955 848		1 955 848	983 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	23	1 676 343		1 676 343	925 241
Aplicações em instituições de crédito	23	-		-	-
Crédito a clientes	3	317 818 756	(24 444 470)	293 374 286	262 376 265
Ativos não correntes detidos para venda	4	-	-	-	25 982
Outros ativos tangíveis	5	1 503 051	(1 001 045)	502 005	413 925
Ativos intangíveis	5	3 542 737	(3 542 737)	-	-
Ativos por impostos correntes	6	-		-	-
Ativos por impostos diferidos	6	3 236 215		3 236 215	3 245 207
Outros ativos	7	9 347 952		9 347 952	9 462 397
Total do Ativo		339 080 902	(28 988 252)	310 092 650	277 432 265

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA	Notas	2017		2016	
				Valor Líquido	Valor Líquido
Recursos de outras instituições de crédito	8			247 499 199	215 570 393
Provisões	9			2 665 540	2 809 632
Passivos por impostos correntes	6			646 093	607 822
Outros passivos	10			13 275 409	12 861 011
Total do Passivo				264 086 240	231 848 858
Capital	11			29 903 045	29 903 045
Outras reservas e resultados transitados	11			14 876 990	14 604 802
Resultado líquido do exercício				1 226 375	1 075 560
Total do Capital Próprio				46 006 410	45 583 407
Total do Passivo e do Capital Próprio				310 092 650	277 432 265

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

O Contabilista Certificado

A Administração

Demonstração de Resultados e do Rendimento Integral em junho de 2017 e 2016

BBVA, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2017	2016
Juros e rendimentos similares	13	9 601 641	8 623 315
Juros e encargos similares	14	(5 153 507)	(4 672 255)
Margem financeira		4 448 134	3 951 059
Rendimentos de serviços e comissões	15	572 345	431 906
Encargos com serviços e comissões	16	(473 565)	(334 049)
Resultados na alienação de outros activos	17	54 069	(85 089)
Outros resultados de exploração	18	2 171 398	2 344 281
Produto bancário		6 772 382	6 308 107
Custos com o pessoal	19	(1 762 264)	(1 590 265)
Gastos gerais administrativos	20	(2 558 813)	(2 817 717)
Depreciações e amortizações	5	(98 942)	(105 094)
Provisões líquidas de reversões e recuperações	9	(62 352)	(56 342)
Imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações	9	(116 653)	136 115
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	9	3 449	26 901
Resultado antes de impostos		2 176 806	1 901 706
Impostos			
Correntes	6	(702 561)	(835 518)
Diferidos	6	(247 870)	9 373
Resultado líquido e Rendimento integral do exercício		(950 431)	(826 145)
		1 226 375	1 075 560

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O Contabilista Certificado

A Administração

Demonstrações de Alterações nos Capitais Próprios em Junho de 2017 e 2016

BBVA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NOS CAPITALS PRÓPRIOSEM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Reserva legal	Reservas livres	Resultados transitados	Total de reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Capitais próprios
Saldos em 30 de junho de 2016	29 903 045	2 932 794	1 059 096	10 612 912	14 604 802	1 075 560	45 583 407
Aplicação de resultados:	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(968 004)	(968 004)
Incorporação em reservas	-	-	-	-	-	(107 556)	(107 556)
Rendimento integral do exercício de 2016	-	-	-	-	-	2 721 875	2 721 875
Saldos em 31 de dezembro de 2016	29 903 045	2 932 794	1 059 096	10 612 912	14 604 802	2 721 875	47 229 722
Aplicação de resultados:	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(2 449 687)	(2 449 687)
Incorporação em reservas	-	272 188	-	-	272 188	(272 188)	-
Rendimento integral do exercício de 2017	-	-	-	-	-	1 226 375	1 226 375
Saldos em 30 de junho de 2017	29 903 045	3 204 982	1 059 096	10 612 912	14 876 990	1 226 376	46 006 410

O Contabilista Certificado

A Administração

2. Anexo às Demonstrações Financeiras (em 30 de Junho de 2017)

NOTA INTRODUTÓRIA

A BBVA, Instituição Financeira de Crédito, S.A. (adiante designada “BBVA IFIC” ou “Sociedade”) foi constituída por escritura pública em maio de 1992, com a denominação de BBVA Leasing – Sociedade de Locação Financeira, S.A. (BBVA Leasing).

Durante o exercício de 2003, foi celebrada a escritura de fusão por incorporação na BBVA Leasing da BBVA SFAC – Sociedade Financeira de Aquisições a Crédito, S.A., a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2003. Simultaneamente foi alterada a denominação da Sociedade e o seu objeto social.

A BBVA IFIC tem por objeto o exercício das atividades legalmente consentidas às Instituições Financeiras de Crédito, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 186/2002, de 21 de agosto, nomeadamente a prática de todas as operações permitidas aos bancos, com exceção da receção de depósitos. Em 31 de dezembro de 2016, a atividade da BBVA IFIC encontra-se segmentada nas vertentes de locação financeira mobiliária e financiamento da aquisição a crédito de bens e serviços.

Conforme indicado na Nota 11, a BBVA IFIC é detida pela Corporacion General Financera, S.A. e pelo Banco Bilbao Viscaya & Argentaria, S.A., entidades pertencentes ao Grupo BBVA. Consequentemente, as operações e transações da BBVA IFIC são influenciadas pelas decisões do Grupo a que pertence. Os principais saldos e transações com empresas do Grupo BBVA encontram-se detalhados na Nota 12.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro e das Instruções nº 9/2005 e nº 23/2004,

emitidos pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

O Banco de Portugal em 30 de dezembro de 2015 emitiu o Aviso 5/2015 que estabelece que as entidades sujeitas à sua supervisão devem elaborar as demonstrações financeiras em base individual de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, revogando assim o Aviso do Banco de Portugal 1/2005, que estabelecia que as demonstrações financeiras individuais das Instituições sobre supervisão deviam ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA`s). O Aviso entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2016. Os impactos decorrentes desta alteração nas demonstrações financeira de abertura do exercício de 2016, resultariam fundamentalmente da revogação do Aviso do Banco de Portugal 3/95 referente ao registo da imparidade sobre a carteira de crédito numa ótica individual.

Contudo, o Aviso n.º 5/2015 estabeleceu ainda um regime transitório, até 31 de dezembro de 2016, permitindo que as Instituições Financeiras de Crédito elaborassem as suas demonstrações financeiras, em base individual, de acordo com as normas de contabilidade que lhes eram aplicáveis em 31 de dezembro de 2015, nos termos em que vigoravam nessa data.

De acordo com o respetivo regime transitório, este Aviso é aplicável à Sociedade a partir de 01 de Janeiro de 2017.

Considerando que até 31 de dezembro de 2016, a Sociedade preparou as suas demonstrações financeiras de acordo com as NCA`s, as demonstrações financeiras a 30 de junho de 2016, apresentadas neste relatório, foram convertidas para as NIC`s para efeitos meramente comparativos.

Pelo exposto entendemos que a Demonstrações Financeiras apresentadas respeitam o princípio da consistência e comparabilidade dos exercício, no estrito cumprimento das orientações emanadas pelo Banco de Portugal.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso nº 1/2005, existem as seguintes exceções com impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade:

i) Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (Crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser reclassificados para outras categorias e, como tal, registados pelo justo valor. Os proveitos são reconhecidos segundo a regra pro rata temporis, quando se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês, nomeadamente juros e comissões;

ii) Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos ativos classificados como crédito e contas a receber deverão ser, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, de acordo com o método referido na alínea anterior. Neste sentido, a Sociedade está a reconhecer estes proveitos e custos, nomeadamente as comissões pagas a fornecedores pela angariação de operações de crédito e as subvenções recebidas de fornecedores no início das operações de crédito, ao longo das operações subjacentes, de forma proporcional ao reconhecimento dos respetivos juros;

iii) Provisionamento do crédito e contas a receber - são definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, com as alterações introduzidas pelo Aviso do Banco de Portugal nº 8/03, de 30 de junho e pelo Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005, de 21 de fevereiro (Nota 1.2);

iv) Os ativos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 – “Ativos fixos tangíveis”. Como exceção, é permitido o registo de reavaliações legalmente autorizadas, caso em que as mais - valias resultantes são registadas em “Reservas de reavaliação”.

As demonstrações financeiras da BBVA IFIC relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2017. Estas demonstrações financeiras estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração da BBVA IFIC admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1.2. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Crédito a clientes

Crédito concedido

O crédito concedido a clientes através de locações financeiras é reconhecido nos termos da Norma IAS 17 - "Locações", dado que as locações efetuadas pela BBVA IFIC transferem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade dos bens locados para o locatário, a saber:

- A locação transfere a propriedade do ativo para o locatário no fim do prazo da locação; ou
- O locatário tem a opção de comprar o ativo por um preço mais baixo do que o justo valor à data em que a opção se torna exercível; ou
- O prazo de locação refere-se à maior parte da vida económica do ativo mesmo que o título de propriedade não seja transferido; ou
- No início da locação, o valor presente dos pagamentos mínimos da locação ascende a pelo menos substancialmente todo o justo valor do ativo locado; ou
- Os ativos locados são de uma tal natureza especializada que apenas o locatário os pode usar sem grandes modificações.

Desta forma, a BBVA IFIC reconhece os contratos celebrados como locações financeiras registando uma conta a receber por uma quantia igual ao investimento líquido na locação. Assim, o custo dos bens locados, líquido de quaisquer descontos obtidos ou antecipações de rendas, é registado como crédito concedido.

Adicionalmente, o financiamento de aquisições a crédito é registado como crédito concedido.

A amortização do crédito concedido é calculada usando o critério da amortização financeira, tendo em consideração a taxa de juro implícita, resultante do capital desembolsado, plano de rendas acordado e valor residual dos contratos. Esta rubrica

registra igualmente os adiantamentos para aquisição de bens que se destinem a ser objeto de contratos de locação financeira.

O capital vincendo associado a contratos não rescindidos, mesmo que tenham rendas e outros valores vencidos, mantém-se classificado como crédito em situação normal.

Crédito e juros vencidos

Nesta rubrica são registados o capital, juros, Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros valores vencidos e não cobrados relativos a contratos ainda em vigor, deduzidos dos juros anulados. Estes montantes são registados por classes temporais contadas a partir da data de início do incumprimento.

As rendas e outros valores vencidos e não cobrados, relativos a um mesmo contrato, são registados na classe de risco em que se encontram os montantes por cobrar há mais tempo.

Nesta rubrica são ainda registados os créditos relativos a operações de locação financeira cujos contratos tenham sido rescindidos mas cujos bens não tenham ainda sido recuperados. Nestas situações, o valor registado em crédito e juros vencidos inclui também o capital vincendo na data da rescisão.

Reconhecimento de custos e proveitos associados ao custo amortizado

Nos termos do IAS 39 – “Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração”, os proveitos e custos diretamente relacionados com a contratação das operações de crédito são reconhecidos ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efetiva, ao longo do período das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos (ver Notas 3, 13 e 14).

A BBVA IFIC tem como custos e proveitos diretamente relacionados com as operações de crédito:

- Comissões pagas a fornecedores pela angariação de operações de crédito;
- Rappel pago a fornecedores pela angariação de operações de crédito;
- Despesas de reserva de propriedade pagas a terceiros;
- Subvenções recebidas de fornecedores no início das operações de crédito; e
- Despesas de início de contrato recebidas de clientes quando da celebração dos contratos de crédito.

b) Imparidade para riscos de crédito e outras provisões

Os critérios inerentes ao cálculo da imparidade estão descritos na Nota 26 , respeitando os critérios definidos de acordo com as International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards (IAS/IFRS) e demais instruções e normas aplicáveis, emitidas pelo Banco de Portugal.

Outras provisões

Tratam-se de provisões destinadas a fazer face a outros encargos e a contingências decorrentes da atividade da BBVA IFIC. Em geral, estas provisões não são aceites como custo fiscal.

c) Especialização de exercícios

A Sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

A BBVA IFIC anula os juros incluídos nas rendas em atraso com mais de 90 dias, com exceção dos montantes que não excedam o presumível valor de mercado dos bens locados, deduzido do capital vincendo dos respetivos contratos. Uma vez anulados, os juros só são registados quando recebidos, na rubrica “Outros resultados de exploração – Recuperação de créditos incobráveis” (Nota 18).

d) Ativos não correntes detidos para venda

Nos termos do IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”, os ativos (ou grupos de ativos) não correntes são classificados como detidos para venda sempre que seja exetável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um ativo (ou grupo de ativos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O ativo está disponível para venda imediata no seu estado atual;

- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Os ativos não correntes detidos para venda (Nota 4), referem-se aos bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira, os quais são inicialmente registados pelo valor do capital em dívida à data da rescisão. É registada imparidade sempre que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em preços de mercado para viaturas usadas ou, quando não aplicável, com base em avaliações de peritos independentes.

As mais-valias potenciais em ativos não correntes detidos para venda não são reconhecidas no balanço.

e) Ativos tangíveis

Nos termos do IAS 16 – “Ativos fixos tangíveis”, os ativos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado dos bens, como segue:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	4
Material de transporte	4

f) Ativos intangíveis

Nos termos do IAS 38 – “Ativos intangíveis”, os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição e respeitam a software informático. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado dos bens, o qual corresponde a um período de três anos.

g) Benefícios dos empregados

A Sociedade não subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho Vertical para o Setor Bancário, pelo que não tem quaisquer responsabilidades pelo pagamento aos seus trabalhadores ou familiares, de pensões de reforma ou complementos de pensões.

Em 2013, parte dos bónus pagos pela Sociedade aos órgãos sociais e aos diretores (*"Risk takers"*), passou a incorporar ações do acionista da Sociedade - *"Cash-settled share-based payment"*. Anualmente, a Sociedade regista na demonstração dos resultados ("Gastos com o pessoal" - Nota 19) o valor dos bónus atribuídos no ano, por contrapartida da rubrica "Outros passivos - Custos administrativos - Remunerações variáveis" (Nota 10). O pagamento dos bónus ocorre durante o ano do exercício e nos três anos seguintes. Pela aquisição das ações do acionista, a Sociedade regulariza "Outros passivos - Custos administrativos - Remunerações variáveis". A variação no justo valor das ações atribuídas e ainda não adquiridas é reconhecido na demonstração dos resultados.

h) Impostos sobre lucros

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama Municipal.

Com a publicação da Lei nº 12 - A/2010, de 30 de junho, foi introduzida a Derrama Estadual. As taxas de Derrama Estadual correspondem a uma taxa variável sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC de acordo com os escalões abaixo indicados:

- Menor do que 1.500 mEuros - 0%;
- Entre 1.500 mEuros e 7.500 mEuros - 3%;
- Entre 7.500 mEuros e 35.000 mEuros - 5%;
- Maior do que 35.000 mEuros - 7% (introdução pela Lei nº 2/2'14, de 16 de janeiro - Lei da Reforma do IRC).

Na sequência da promulgação da Lei 82-B/2014 de 31 de dezembro a taxa de IRC sobre a matéria coletável, acima referida, para o ano de 2016 passou a ser de 21%, mantendo-se à data de 30 de Junho de 2017.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

As situações que originam diferenças temporárias ao nível da Sociedade correspondem essencialmente a provisões não aceites para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, na medida em que as transações que os originaram são refletidas igualmente nos resultados do exercício.

As autoridades têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos (exceto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é de seis anos), designadamente em sede de IRC e de Imposto sobre o Valor Acrescentado, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2014 a 2017.

Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas pelas autoridades fiscais, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer liquidação adicional, relativamente aos exercícios acima indicados, seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

i) Seguros

As despesas com seguros são registadas inicialmente na rubrica “Outros ativos – Seguros a imputar” (Nota 7). O reconhecimento em resultados como custo, na rubrica “Gastos gerais administrativos – Serviços de terceiros – Seguros” (Nota 20), é efetuado de forma linear durante o período de vigência da apólice.

Os seguros são faturados mensalmente aos clientes, sendo o proveito reconhecido na rubrica “Outros rendimentos de exploração – Seguros faturados a clientes” (Nota 18).

Pela atividade de comercialização de seguros juntos dos seus clientes, a Sociedade recebe comissões que são registadas aquando do recebimento, na rubrica de proveitos “Rendimento de serviços e comissões – Comissões de seguros” (Nota 15). Com base na análise histórica de anulação de contratos de seguros por parte dos seus clientes, a Sociedade regista uma estimativa de comissões a devolver na rubrica “Outros passivos – Estimativa de comissões de seguros a restituir” por contrapartida de uma redução à rubrica de proveitos “Rendimentos de serviços e comissões – Estimativa de comissões de seguros a restituir” (Notas 10 e 15).

Adicionalmente, a Sociedade paga comissões aos fornecedores pela angariação de seguros junto dos seus clientes, sendo o respetivo custo reconhecido na rubrica “Encargos com serviços e comissões – Comissões de seguros” (Nota 16).

1.3. Adoção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Exceto no que diz respeito a matérias reguladas pelo Banco de Portugal, tal como referido na Nota 1.1, em 2015 a Sociedade utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efetivas para os períodos iniciados a partir de 1 de janeiro de 2015, desde que aprovadas pela União Europeia.

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor em exercícios anteriores

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“endorsed”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRIC 21 – Pagamentos ao Estado	17-Jun14	Estabelece as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

Emenda à IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011- 2013)	1- Jan15	Clarifica que a IFRS 3 exclui do seu âmbito de aplicação a formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.
Emenda à IFRS 13 – Mensuração ao justo valor (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – ciclo 2011- 2013)	1- Jan15	Clarifica que a exceção de aplicação da norma a ativos e passivos financeiros com posições compensadas se estende a todos os contratos no âmbito da IAS 39, independentemente de cumprirem com a definição de ativo ou passivo financeiro da IAS 32.
Emenda à IAS 40 – Propriedades de investimento (incluída nos melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2011- 2013)	1- Jan15	Clarifica que é necessário aplicar juízo de valor para determinar se a aquisição de uma propriedade de investimento constitui uma aquisição de um ativo ou uma concentração de atividades empresariais abrangida pela IFRS 3.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Sociedade em 30 de Junho de 2017, decorrentes da adoção das normas e revisões acima referidas.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros e aplicáveis à Sociedade foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à IAS 19 – Benefícios dos empregados – Contribuições de empregados	1-Fev15	Clarifica em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010-2012)	1-Fev15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 2 – Pagamentos com base em ações: definição de <i>vesting condition</i> ; IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: contabilização de pagamentos contingentes; IFRS 8 – Segmentos operacionais: divulgações relacionadas com o julgamento aplicado em relação à agregação de segmentos e clarificação sobre a necessidade de reconciliação do total de ativos por segmento com o valor de ativos nas demonstrações financeiras; IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis: necessidade de reavaliação proporcional de amortizações acumuladas no caso de reavaliação de ativos fixos; e IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas: define que uma entidade que preste serviços de gestão à Empresa ou à sua empresa-mãe é considerada uma parte relacionada; e IFRS 13 – Justo valor: clarificações relativas à mensuração de contas a receber ou a pagar de curto prazo

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014)	1-Jan16	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas: introduz orientações de como proceder no caso de alterações quanto ao método expectável de realização (venda ou distribuição aos acionistas); IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações: clarifica os impactos de contratos de acompanhamento de ativos no âmbito das divulgações associadas a envolvimento continuado de ativos desreconhecidos, e isenta as demonstrações financeiras intercalares das divulgações exigidas relativamente a compensação de ativos e passivos financeiros; IAS 19 – Benefícios dos empregados: define que a taxa a utilizar para efeitos de desconto de benefícios definidos deverá ser determinada com referência às obrigações de alta qualidade de empresas que tenham sido emitidas na moeda em que os benefícios serão liquidados; e IAS 34 – Relato financeiro intercalar: clarificação sobre os procedimentos a adotar quando a informação está disponível em outros documentos emitidos em conjunto com as demonstrações financeiras intercalares.
Emenda à IFRS 11 – Acordos conjuntos – Contabilização de aquisições de interesses em acordos conjuntos	1-Jan16	Esta emenda está relacionada com a aquisição de interesses em operações conjuntas. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação da IFRS 3 quando a operação conjunta adquirida constituir uma atividade empresarial de acordo com a IFRS 3. Quando a operação conjunta em questão não constituir uma atividade empresarial, deverá a transação ser registada como uma aquisição de ativos. Esta alteração tem aplicação prospectiva para novas aquisições de interesses.

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras – “Disclosure Initiative”	1-Jan16	Esta emenda vem clarificar alguns aspetos relacionados com a iniciativa de divulgações, designadamente: (i) a entidade não deverá dificultar a inteligibilidade das demonstrações financeiras através da agregação de itens materiais com itens imateriais ou através da agregação de itens materiais com naturezas distintas; (ii) as divulgações especificamente requeridas pelas IFRS apenas têm de ser dadas se a informação em causa for material; (iii) as linhas das demonstrações financeiras especificadas pela IAS 1 podem ser agregadas ou desagregadas, conforme tal for mais relevante para os objetivos do relato financeiro; (iv) a parte do outro rendimento integral resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial em associadas e acordos conjuntos deve ser apresentada separadamente dos restantes elementos do outro rendimento integral segregando igualmente os itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados dos que não serão reclassificados; (v) a estrutura das notas deve ser flexível, devendo estas respeitar a seguinte ordem: <ul style="list-style-type: none"> • uma declaração de cumprimento com as IFRS na primeira secção das notas; • uma descrição das políticas contabilísticas relevantes na segunda secção; • informação de suporte aos itens da face das demonstrações financeiras na terceira secção; e • outra informação na quarta secção
Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis – Métodos de depreciação aceitáveis	1-Jan16	Esta emenda estabelece a presunção (que pode ser refutada) de que o rédito não é uma base apropriada para amortizar um ativo intangível e proíbe o uso do rédito como base de amortização de ativos fixos tangíveis. A presunção estabelecida para amortização de ativos intangíveis só poderá ser refutada quanto o ativo intangível é expresso em função do rendimento gerado ou quando a utilização dos benefícios económicos está altamente correlacionada com a receita gerada.

Emenda à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 – Agricultura – Plantas de produção	1-Jan16	Esta emenda vem excluir as plantas que produzem frutos ou outros componentes destinados a colheita e/ou remoção do âmbito de aplicação da IAS 41, passando as mesmas a estar abrangidas pela IAS 16.
Emenda à IAS 27 – Aplicação do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas	1-Jan16	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de mensuração dos interesses em subsidiárias, acordos conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas pelo método da equivalência patrimonial, para além dos métodos de mensuração atualmente existentes. Esta alteração aplica-se retrospectivamente.

É entendimento da Sociedade que as normas acima indicadas não tiveram efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras.

Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	
IFRS 9 – Instrumentos financeiros (2009) e emendas posteriores	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;
IFRS 14 – Ativos regulados	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IFRS aplicáveis a ativos regulados;
IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rêdito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rêdito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rêdito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade. Esta norma é de aplicação obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018;
IFRS 16 – Locações	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.

Emenda à IFRS 10 –
Demonstrações financeiras
consolidadas, IFRS 12 -
Divulgações sobre
participações noutras entidades
e IAS 28 – Investimentos em
associadas e entidades
conjuntamente controladas

Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.

Emendas à IFRS 10 –
Demonstrações financeiras
consolidadas e IAS 28 –
Investimentos em associadas e
empreendimentos conjuntos

Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou entre o investidor e o empreendimento conjunto.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A nova norma IFRS 9 Instrumentos Financeiros contempla temas como classificação, mensuração, impairment e contabilização de hedge, completando as três fases do projeto contabilístico, envolvendo ativos financeiros emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB). Instituições financeiras, especialmente bancos e seguradoras, serão particularmente impactadas pela norma IFRS (com adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2018).

A Fase 1 respeitante a classificação e mensuração de instrumentos financeiros já foi constituída em norma com a publicação da IFRS 9 em novembro de 2009. A primeira versão da IFRS 9 apenas contemplava a classificação de ativos. Relativamente à classificação de passivos, foi publicada um projeto de norma no primeiro semestre de 2010, tendo a IFRS 9 sido alterada em 28 de outubro de 2010 para incorporar os aspetos relativos à classificação e mensuração de passivos financeiros. Relativamente à classificação de ativos financeiros, os principais aspetos a reter da IFRS 9 são: - uma tentativa de reduzir a complexidade da contabilização dos instrumentos financeiros, feita através da redução do número de classes onde se podem contabilizar os instrumentos financeiros que passam das 4 classes da IAS 39 (com uma subclasse) para 2 classes (Justo valor ou custo amortizado). Havendo uma opção para a contabilização de instrumentos de capital próprio com as alterações do justo valor a serem refletidas em capital próprio. Outro aspeto que permite a redução da complexidade é a eliminação da possibilidade da separação dos derivados embutidos dos instrumentos hospedeiros; - a aparente redução do número de instrumentos contabilizados ao justo valor. Mantêm-se os derivados e os instrumentos de capital próprio contabilizado ao justo valor (como já acontecia na IAS39). Contudo, relativamente aos instrumentos de dívida, a eliminação da classe de investimentos detidos até à maturidade, vem abrir a porta a que mais instrumentos de dívida sejam contabilizados ao custo amortizado sem ter que se demonstrar a intenção e capacidade de os deter até à maturidade. Note-se que única forma de contabilizar

instrumentos de dívida cotados ao custo amortizado na IAS 39 era através da classe de investimentos detidos até à maturidade. As reclassificações de ativos financeiros são possíveis quando existam alterações aos modelos de negócio. Estas reclassificações devem afetar todos os instrumentos financeiros incluídos na classe que foi reclassificada. Relativamente à contabilização dos passivos financeiros, pouco se altera na IFRS9 face ao que estava previsto na IAS39: - mantém-se a possibilidade de separar os derivados embutidos incluídos em passivos financeiros, usando as regras existentes na IAS 39 para os derivados embutidos, e manter o instrumento hospedeiro contabilizado ao custo amortizado (e o derivado embutido ao justo valor); - mantém-se a possibilidade de aplicar uma opção pelo justo valor e contabilizar os passivos financeiros ao justo valor. Contudo regista-se uma diferença relevante. Quando se aplica a opção pelo justo valor para a contabilização de passivos financeiros, deve-se separar as variações no justo valor ocorridas. Quando essas variações se devem a alterações no risco de crédito do emitente, essas variações devem ser reconhecidas nos resultados integrais. Quando se devem a causa exógenas à entidade, devem ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

IFRS 9 - Impacto nas divulgações de perdas esperadas de crédito.

Em Julho de 2014, o IASB (International Accounting Standards Board) publicou a IFRS 9 “Instrumentos Financeiros”. Esta norma, de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2018, e após a respetiva adoção pela União Europeia, substituirá a IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 introduz alterações na forma como as instituições financeiras calculam imparidades sobre os seus instrumentos financeiros, nomeadamente no que respeita ao Crédito a Clientes. A IFRS 9 utiliza um modelo de perda esperada (Expected Credit Loss – ECL) em substituição do modelo de perda incorrida (Incurred Loss) utilizado pela IAS 39. De acordo com este novo modelo, as entidades devem reconhecer perdas esperadas antes da ocorrência dos eventos de perda. Existe também a necessidade de inclusão de informação prospetiva (“forward looking”) nas estimativas de perda esperada, com inclusão de tendências e cenários futuros, nomeadamente macroeconómicos. O conceito de ECL preconizado pela IFRS 9 apresenta também diferenças face ao conceito de Expected Loss previsto na CRD IV. No modelo de ECL, os ativos sujeitos ao cálculo de imparidade, deverão ser categorizados numa das seguintes categorias (“stages”), em função de alterações do risco de crédito desde o reconhecimento inicial do ativo e não em função do risco de crédito à data de reporte. Stage 1 – A partir do reconhecimento inicial do ativo e sempre que não exista uma degradação significativa do risco de crédito desde essa data, os ativos são classificados no stage 1. Para estes ativos deverá ser reconhecida uma imparidade correspondente ao ECL para o horizonte temporal de 1 ano, a contar desde a data de referência do reporte.

Stage 2 – Caso exista uma degradação significativa de risco desde o reconhecimento inicial, os ativos deverão ser classificados no stage 2. Neste stage, a imparidade

corresponderá ao ECL para a restante vida desse ativo (ECL lifetime). O conceito de degradação significativa do risco de crédito, preconizado pela IFRS 9, introduz um maior nível de subjetividade no cálculo da imparidade, obrigando também a uma maior ligação com as políticas de gestão de risco de crédito da entidade. As perspectivas lifetime e forward-looking introduzem desafios na modelação, por parte das instituições financeiras, dos parâmetros de risco de crédito.

Stage 3 - Os activos em situação de imparidade ("impaired") deverão ser classificados neste stage, com imparidade correspondente ao ECL lifetime. Em relação ao stage 2, a distinção corresponde à forma de reconhecimento do juro efectivo, que deverá ter por base o valor líquido de balanço (valor bruto de balanço no stage 2). Com vista à adoção da IFRS 9, foi constituída, na Sociedade, uma equipa de trabalho, com a finalidade de analisar a abrangência, impacto e tempo necessário para a completa e atempada adoção da IFRS 9.

Face ao exposto a Sociedade entende que os impactos derivados da adoção da IFRS 9 terá impacto reduzido.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a realização de estimativas e a adoção de pressupostos por parte do Conselho de Administração da Sociedade. Estas estimativas são subjetivas por natureza e podem afetar o valor dos ativos e passivos, créditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

No que respeita à imparidade para crédito a clientes, a Sociedade cumpre os limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal (Nota 1.2.). No entanto, sempre que considerado necessário, estas provisões são complementadas de forma a refletir a estimativa da Sociedade sobre o risco de incobrabilidade associado aos clientes. Esta avaliação é efetuada de forma casuística pela Sociedade com base no conhecimento específico da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

3. CRÉDITO A CLIENTES

Em 30 de junho de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Crédito Vincendo :		
Credito ao consumo	221 194 450	191 205 189
Locação financeira mobiliaria	55 426 466	54 012 489
Outros créditos	7 613 300	9 344 099
	<u>284 234 216</u>	<u>254 561 777</u>
Crédito e juros vencidos	15 559 171	17 518 514
Total credito concedido	<u>299 793 387</u>	<u>272 080 291</u>
Juros a receber de crédito concedido	<u>687 929</u>	<u>721 551</u>
Comissões e despesas diferidas associadas ao custo amortizado (Nota 1.2. a)):		
Comissões de angariação de operações de crédito	18 126 329	14 081 945
Rappel por angariação de operações de crédito	1 448 469	986 559
Despesas de Reserva de Propriedade	694 449	657 691
Subvenções (juros suportados pelo fornecedor)	(1 439 442)	(713 424)
Despesas de inicio de contrato facturadas aos clientes	(1 492 366)	(1 368 986)
	<u>17 337 439</u>	<u>13 643 785</u>
	<u>317 818 756</u>	<u>286 445 627</u>
Imparidade para crédito (NOTA 9):	(18 611 669)	(17 823 126)
Provisão Económica (NOTA 9):	(5 832 800)	(6 246 237)
	<u>(24 444 470)</u>	<u>(24 069 363)</u>
Crédito a Clientes	<u>293 374 286</u>	<u>262 376 265</u>

Em 30 de junho de 2017 e 2016, a distribuição do crédito concedido por setores de atividade, era a seguinte:

	2017			2016		
	Crédito Vincendo	Crédito e Juros Vencidos	Total	Crédito Vincendo	Crédito e Juros Vencidos	Total
Comércio	21 152 038	1 238 661	22 390 699	14 793 953	4 093 449	18 887 402
Indústria	3 279 902	371 139	3 651 041	2 797 583	408 434	3 206 017
Construção e obras públicas	2 633 323	1 295 821	3 929 143	2 239 779	1 280 390	3 520 169
Agricultura	535 896	274 446	810 342	510 579	283 257	793 836
Outros	255 345 446	12 198 033	267 543 480	233 209 867	11 288 677	244 498 544
Particulares	1 287 611	181 072	1 468 682	1 010 016	164 307	1 174 323
	<u>284 234 216</u>	<u>15 559 171</u>	<u>299 793 387</u>	<u>254 561 777</u>	<u>17 518 514</u>	<u>272 080 291</u>

Em 30 de junho de 2017 e 2016, os prazos residuais contratuais até à maturidade dos créditos concedidos, excluindo o crédito e juros vencidos, são como segue:

	2017	2016
Até 3 meses	6 780 395	2 455 756
De 3 meses a 1 ano	12 494 054	18 938 243
De 1 a 2 anos	17 371 025	16 134 105
De 2 a 5 anos	108 654 223	99 267 773
Superior a 5 anos	138 934 519	117 765 901
	<u>284 234 216</u>	<u>254 561 777</u>

Em 30 de junho de 2017 e 2016, a reconciliação entre o investimento bruto na locação (pagamentos mínimos da locação acrescidos do valor residual não garantido) e o valor presente dos pagamentos mínimos, bem como o montante de rendimento financeiro não obtido, é como segue:

	2017					
	Pagamentos mínimos (I)	Valor residual (II)	Investimento bruto (III)=(I)+(II)	Valor presente dos pagamentos mínimos (IV)	Investimento líquido (V)=(II)+(IV)	Rendimento financeiro (VI)=(III)-(V)
Até 3 meses	458 261	996 135	1 454 396	456 992	1 453 127	1 269
De 3 meses a 1 ano	7 468 354	3 155 247	10 623 601	7 397 779	10 553 026	70 575
De 1 a 2 anos	8 470 434	1 485 910	9 956 344	8 175 525	9 661 435	294 909
De 2 a 5 anos	42 970 222	4 154 170	47 124 391	39 838 669	43 992 838	3 131 553
Mais de 5 anos	22 511 029	1 070 325	23 581 354	19 340 675	20 411 001	3 170 354
	<u>81 878 300</u>	<u>10 861 786</u>	<u>92 740 086</u>	<u>75 209 640</u>	<u>86 071 426</u>	<u>6 668 660</u>

	2016					
	Pagamentos mínimos	Valor residual	Investimento bruto	Valor presente dos pagamentos mínimos	Investimento líquido	Rendimento financeiro
	(I)	(II)	(III)=(I)+(II)	(IV)	(V)=(II)+(IV)	(VI)=(III)-(V)
Até 3 meses	258 503	346 169	604 672	256 852	603 021	1 651
De 3 meses a 1 ano	8 269 966	3 775 973	12 045 939	8 192 693	11 968 665	77 273
De 1 a 2 anos	7 875 795	1 235 989	9 111 785	7 591 525	8 827 514	284 271
De 2 a 5 anos	41 889 220	3 712 560	45 601 780	38 650 434	42 362 994	3 238 786
Mais de 5 anos	21 785 848	1 051 662	22 837 510	18 466 268	19 517 930	3 319 580
	80 079 332	10 122 353	90 201 685	73 157 771	83 280 125	6 921 561

Em 30 de junho de 2017 e 2016, o crédito e juros vencidos apresentava a seguinte estrutura por antiguidade de saldos:

	2017	2016
Até 3 meses	494 344	2 694 044
De 3 a 6 meses	2 100 389	272 304
De 6 a 12 meses	141 725	381 718
De 1 a 3 anos	452 145	2 379 757
Superior a 3 anos	12 370 569	11 790 692
	<u>15 559 171</u>	<u>17 518 514</u>

Em 30 de junho de 2017 e 2016, o capital vincendo associado a contratos com prestações vencidas há mais de três meses, ascendia a 1.058.060 Euros e 2.276.931 Euros, respetivamente.

Em 30 de junho de 2017 e 2016, a imparidade para fazer face ao risco de crédito pode ser analisada como segue:

	2017	2016
Imparidade do crédito:		
Crédito ao consumo	13 274 472	12 517 258
Locação financeira mobiliária	5 261 211	5 192 185
Outros créditos	75 986	113 683
Provisão Económica	5 832 800	6 246 237
	<u>24 444 470</u>	<u>24 069 363</u>

4. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Conforme indicado na Nota 12. d), encontram-se registados nesta rubrica os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira, conforme segue:

	2017	2016
Valor Bruto	0	34 326
Imparidade (Nota 9)	0	(8 343)
	<u>0</u>	<u>25 982</u>

5. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nestas rubricas durante os exercícios findos Em 30 de junho de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	Saldos em 30-06-2016			Aquisições	Abates e alienações			Saldos em 30-06-2017		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
<u>Activos tangíveis</u>										
Mobiliário e material	60 393	(60 393)	0	-	-	-	-	60 393	(60 393)	0
Máquinas e ferramentas	15 788	(15 788)	-	-	-	-	-	15 788	(15 788)	-
Equipamento informático	702 815	(667 572)	35 243	-	-	-	(29 661)	702 815	(697 234)	5 581
Material de transporte	751 414	(372 731)	378 683	360 630	(387 989)	320 282	(175 181)	724 054	(227 630)	496 424
	<u>1 530 410</u>	<u>(1 116 484)</u>	<u>413 925</u>	<u>360 630</u>	<u>(387 989)</u>	<u>320 282</u>	<u>(204 843)</u>	<u>1 503 050</u>	<u>(1 001 045)</u>	<u>502 005</u>
<u>Activos intangíveis</u>										
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	3 542 737	(3 542 737)	0	-	-	-	-	3 542 737	(3 542 737)	-
	<u>5 073 147</u>	<u>(4 659 221)</u>	<u>413 925</u>	<u>360 630</u>	<u>(387 989)</u>	<u>320 282</u>	<u>(204 843)</u>	<u>5 045 787</u>	<u>(4 543 782)</u>	<u>502 005</u>

	Saldos em 30-06-2015			Aquisições	Abates e alienações			Saldos em 30-06-2016		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
<u>Activos tangíveis</u>										
Mobiliário e material	60 393	-60 256	137	0	0	0	137	60 393	-60 393	0
Máquinas e ferramentas	15 788	-15 788	0	0	0	0	0	15 788	-15 788	0
Equipamento informático	702 815	-633 885	68 930	0	0	0	-33 687	702 815	-667 572	35 243
Material de transporte	696 422	-258 186	438 236	128 840	-73 848	-6 115	-108 430	751 414	-372 731	378 683
	<u>1 475 418</u>	<u>-968 115</u>	<u>507 303</u>	<u>128 840</u>	<u>-73 848</u>	<u>-6 115</u>	<u>-141 980</u>	<u>1 530 410</u>	<u>-1 116 484</u>	<u>413 925</u>
<u>Activos intangíveis</u>										
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	3 542 737	-3 542 737	0	0	0	0	0	3 542 737	-3 542 737	0
	<u>5 018 155</u>	<u>-4 510 852</u>	<u>507 303</u>	<u>128 840</u>	<u>-73 848</u>	<u>-6 115</u>	<u>-141 980</u>	<u>5 073 147</u>	<u>-4 659 221</u>	<u>413 925</u>

6. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Em 30 de junho de 2017 e 2016, o imposto corrente a pagar, foi determinado como segue:

	2017	2016
Estimativa de imposto sobre lucro do exercício	646 093	607 822
Pagamentos por conta	-	-
Pagamentos adicionais por conta	-	-
Imposto a Recuperar	-	-
Passivo por imposto corrente	646 093	607 822

O movimento nos impostos diferidos ativos e passivos durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	2017					
	Saldo em 30-06-2016		Reforços líquidos de realizações/anulações		Saldo em 30-06-2017	
	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto
Activos por impuestos diferidos :						
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal:						
Imparidade de crédito	9 809 943	2 403 436	86 103	21 095	9 896 046	2 424 531
Outras provisões	970 928	237 877	(103 595)	(25 381)	867 333	212 497
	10 780 871	2 641 313	(17 492)	(4 286)	10 763 379	2 637 028
Estimativa de comissões de seguros a restituir	2 361 968	578 682	5 341	1 309	2 367 309	579 991
Pagamento baseado Ações Diferidas	102 903	25 211	-	-	78 354	19 197
	13 245 743	3 245 207	(12 151)	(2 977)	13 209 042	3 236 215
Passivos por impuestos diferidos :						
Diferimento de custos e proveitos - custo amortizado	-	-	-	-	-	-
	13 245 743	3 245 207	(12 151)	(2 977)	13 209 042	3 236 215

	2016					
	Saldo em 30-06-2015		Reforços líquidos de realizações/anulações		Saldo em 30-06-2016	
	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto
Activos por impuestos diferidos :						
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal:						
Imparidade de crédito	8 817 123	2 160 195	992 820	243 241	9 809 943	2 403 436
Outras provisões	1 160 551	284 335	(189 623)	(46 458)	970 928	237 877
	9 977 674	2 444 530	803 197	196 783	10 780 871	2 641 313
Estimativa de comissões de seguros a restituir	2 352 989	576 482	8 979	2 200	2 361 968	578 682
Pagamento baseado Ações Diferidas	-	-	102 903	-	102 903	25 211
	12 330 664	3 021 013	915 079	198 983	13 245 743	3 245 207
Passivos por impuestos diferidos :						
Diferimento de custos e proveitos - custo amortizado	-	-	-	-	-	-
	12 330 664	3 021 013	915 079	198 983	13 245 743	3 245 207

Em 30 de junho de 2017 e 2016, os impostos diferidos ativos foram calculados tendo em consideração o acréscimo na taxa de imposto resultante da Derrama Estadual e a legislação aprovada ou substancialmente aprovada para os exercícios seguintes. Neste sentido, foi utilizada uma taxa de 24,5%. (Nota 1.2 h)).

Os gastos com impostos sobre lucros registrados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	2017	2016
<u>Impostos Correntes</u>		
Do exercício	453 393	607 822
Contribuição do Setor Bancário	249 168	224 235
(Excesso) / Insuficiência de estimativa de imposto sobre o rendimento do exercício anterior	-	3 460
	<u>702 561</u>	<u>835 518</u>
<u>Impostos diferidos</u>		
Registo de diferenças temporárias	247 870	(9 373)
Total de impostos reconhecidos em resultados	<u>950 431</u>	<u>826 145</u>
Lucro antes de impostos	<u>2 176 806</u>	<u>1 901 706</u>
Carga Fiscal	<u>43,66%</u>	<u>43,44%</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto em 30 de junho de 2017 pode ser demonstrada como segue:

	2017	
	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		<u>2 176 806</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal:		
- até 1.500.000 Euros	22,50%	337 500
- superior a 1.500.000 Euros	25,50%	172 586
	23,43%	<u>510 086</u>
Custos não aceites fiscalmente:		
Multas e outras penalidades	0,04%	771
Imparidade / Provisões	1,34%	29 164
Outros	2,82%	61 467
Pagamento com base em ações	0,27%	5 971
Diferença entre Mais e Menos Valias	(0,43%)	(9 319)
Benefícios fiscais	(0,05%)	(1 065)
Tributação autónoma	1,90%	41 345
Contribuição sobre o setor bancário	0,00%	-
Outros	14,33%	312 011
	<u>43,66%</u>	<u>950 431</u>

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de dezembro, a Sociedade passou a estar abrangida pelo regime de contribuição sobre o setor bancário. A contribuição sobre o setor bancário incide sobre:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base (Tier 1) e complementares (Tier 2) e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos e pelo Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo (este último, apenas incluído no Orçamento do Estado para 2012). Ao passivo apurado são deduzidos:
 - Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis, sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes as operações passivas e
 - Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compensa mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas pelas alíneas a) e b) anteriores variam entre 0,01% e 0,110% e 0,000 10% e 0,000 30% respetivamente, em função do valor apurado. (Alterado pelo art.º 185.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março).

As taxas em vigor para os exercícios de 2017 e 2016 ascenderam, a 0,110%.

7. OUTROS ACTIVOS

Em 30 de junho de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Seguros a imputar	7 948 663	8 288 248
Devedores por alienação de equipamento	60 000	94 100
Contratos de assistência técnica - software	-	-
Adiantamento a advogados	23 859	23 859
IVA a recuperar	871 257	404 457
Outros devedores	213 127	471 227
Outros	231 047	180 506
	9 347 952	9 462 397

A rubrica “Seguros a imputar” corresponde aos prémios de seguros pagos às seguradoras pela BBVA IFIC no início dos contratos de locação, os quais são incluídos nas rendas a pagar pelos clientes, de forma linear ao longo do período de vida de cada contrato.

8. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 30 de junho de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
A prazo ou com pré-aviso:		
No estrangeiro		
Empréstimos de médio-longo prazo	247 352 422	215 582 319
Juros a pagar	146 777	85 300
Juros pagos antecipadamente	-	(97 225)
	<u>247 499 199</u>	<u>215 570 393</u>

9. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento nas provisões e na imparidade em 30 de junho de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	Saldos em 30/06/2016	Dotações	Retomas	Utilizações	Transferências	Saldos em 30/06/2017
Imparidade de crédito (Nota 3)	17 823 126	1 581 317	(796 589)	-	3 815	18 611 669
Provisão Económica (Nota 3)	6 246 237	60 000	(473 437)	-	-	5 832 800
	<u>24 069 363</u>	<u>1 641 317</u>	<u>(1 270 026)</u>	<u>-</u>	<u>3 815</u>	<u>24 444 470</u>
Activos não correntes detidos para venda (Nota 4)	8 343	18 000	(22 528)	0,00	(3 815)	-
	<u>24 077 706</u>	<u>1 659 317</u>	<u>(1 292 554)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24 444 470</u>
Provisões:						
. Outros Riscos e encargos	2 809 632	188 269	(199 692)	(132 667)	-	2 665 540
	<u>2 809 632</u>	<u>188 269</u>	<u>(199 692)</u>	<u>(132 667)</u>	<u>-</u>	<u>2 665 540</u>
	<u>26 887 337</u>	<u>1 847 585</u>	<u>(1 492 246)</u>	<u>(132 667)</u>	<u>-</u>	<u>27 110 010</u>

	Saldos em 30/06/2015	Dotações	Retomas	Utilizações	Transferências	Saldos em 30/06/2016
Imparidade de crédito (Nota 3)	17 649 285	1 111 973	(986 628)	-	48 496	17 823 126
Provisão Económica (Nota 3)	5 709 967	870 000	(333 730)	-	0	6 246 237
	<u>23 359 252</u>	<u>1 981 973</u>	<u>(1 320 358)</u>	<u>-</u>	<u>48 496</u>	<u>24 069 363</u>
Activos não correntes detidos para venda (Nota 4)	166 315	82 205	(191 681)	-	(48 496)	8 343
	<u>23 525 567</u>	<u>2 064 178</u>	<u>(1 512 039)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>24 077 706</u>
Provisões:						
. Outros Riscos e encargos	2 998 459	241 561	(410 388)	(20 000)	-	2 809 632
	<u>2 998 459</u>	<u>241 562</u>	<u>(410 388)</u>	<u>(20 000)</u>	<u>-</u>	<u>2 809 632</u>
	<u>26 524 025</u>	<u>2 305 740</u>	<u>(1 922 427)</u>	<u>(20 000)</u>	<u>-</u>	<u>26 887 338</u>

Em 30 de junho de 2017 e 2016, a rubrica “Outras provisões” tem a seguinte composição:

	2017	2016
Contingências Fiscais	1 783 207	1 823 703
Processos judiciais em curso	848 327	848 327
Multas contratuais	34 006	34 006
Outros	0	103 596
	<u>2 665 540</u>	<u>2 809 632</u>

A provisão para processos judiciais destina-se a fazer face aos encargos que poderão resultar de um processo movido por antigos clientes de cursos financiados pela Sociedade, os quais não foram realizados na sequência do encerramento da entidade prestadora do serviço.

Durante os exercícios de 2007, 2010 e 2011 a Sociedade recebeu os relatórios das inspeções fiscais efetuadas aos exercícios de 2003, 2004, 2008 e 2009 em sede de IRC, IVA e Imposto do Selo. As correções efetuadas, em sede de IRC, ao resultado fiscal dos exercícios de 2003 e 2004 ascenderam a 605.821 Euros (correção aos prejuízos fiscais declarados). Em resultado das mesmas, foram emitidas liquidações adicionais de IRC e juros compensatórios referentes aos exercícios de 2006 e 2007, no montante total de 56.543 Euros. Em sede de IVA e de Imposto do Selo, as correções ascenderam a 814.340 Euros e 26.470 Euros, respetivamente. A Sociedade liquidou parte das correções efetuadas em sede de IVA no montante total de 97.854 Euros e a totalidade das correções efetuadas em sede de Imposto do Selo.

Para fazer face a estas situações, a Sociedade constituiu uma provisão que em 30 de junho de 2017 ascende a 1.723.207 Euros, que inclui o montante do imposto resultante das correções efetuadas, respetivas coimas e juros, bem como o potencial impacto nos exercícios ainda não revistos.

Para estas contingências a sociedade apresentou garantias bancárias a Autoridade Tributária que ascende a 1.1 milhões de euros.

O Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras obrigam os responsáveis pelas entidades por eles abrangidas a proceder nas suas funções com a diligência de um gestor criterioso. Por outro lado, de acordo com os arts. 30.º e 182.º do mesmo Regime Geral, apenas podem fazer parte, nomeadamente, dos órgãos de administração das mesmas entidades pessoas que dêem garantias de assegurar a sua gestão sã e prudente. Por isso, é imprescindível que sejam adotadas, ao nível de cada instituição, políticas de provisionamento dos seus ativos orientadas por critérios de rigor e de prudência.

A implementação do Acordo de Basileia III, no período que medeia entre 01/01/2013 e 01/01/2019, corresponde a uma profunda mudança do quadro de referência que rege as Instituições Financeiras. Daí resultam mudanças significativas relacionadas com o papel das entidades reguladoras, o acréscimo das exigências de capital e a promoção de novos vetores de gestão e mensuração dos riscos (entre os quais se destacam o rácio de alavancagem sem considerar a ponderação do risco e a criação de requisitos mínimos associados à liquidez). Uma das novas medidas inseridas neste quadro é a criação de mecanismos que restrinjam a ciclicidade dos requisitos de capital, ou seja, vão-se procurar soluções que elevem os níveis de solvência em períodos expansionistas do ciclo económico e que os reduzam em períodos recessivos. Em resultado dessa orientação a Sociedade adotou uma política Conservadora e Prudente, mantendo a provisão constituída em anos anteriores, a qual ascende a 5,8 milhões de euros, valor esse que se encontra espelhado na nota 3.

10. OUTROS PASSIVOS

Em 30 de Junho de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Comissões e Rappel a pagar por angariação de operações de crédito	3 126 428	3 029 960
Estimativa de comissões de seguros a restituir (Nota 15)	2 367 309	2 361 968
Fornecedores de imobilizado para vendas a crédito	1 568 853	1 035 237
Custos administrativos:		
Remunerações variáveis	441 828	398 578
Provisão para férias e subsídio de férias	443 306	419 923
Credores diversos	3 161 105	3 044 084
Remessas não identificadas	381 759	533 876
Fornecedores de imobilizado para locação financeira	850 149	347 545
Estimativa de encargos a pagar com gastos gerais administrativos	362 912	616 736
Prémios de seguros a liquidar	105 232	171 776
IVA a pagar	-	246 884
Imposto do Selo	229 442	153 456
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	74 141	72 103
Contribuições para a Segurança Social	90 041	88 666
Outros	72 904	340 219
	<u>13 275 409</u>	<u>12 861 011</u>

A rubrica “Estimativa de comissões de seguros a restituir” reflete o montante estimado de comissões recebidas por angariação de seguros a devolver no futuro, nos termos dos contratos em vigor.

A rubrica “Remessas não identificadas” corresponde a recebimentos de clientes, os quais se encontravam pendentes de imputação aos respetivos contratos.

A rubrica “Prémios de seguros a liquidar”, em 30 de junho de 2017 e 2016, encontra-se líquida do valor das comissões a receber das seguradoras, o qual ascende a 76.090 euros e 196.719 euros, respetivamente (Nota 25 – Seguros – f)).

A rubrica “Remunerações variáveis” refere-se à estimativa constituída para fazer face às remunerações adicionais a pagar pela Sociedade, relativas ao desempenho dos colaboradores durante o exercício. Em 30 de junho de 2017, esta rubrica inclui a parte dos bónus de 2014 a 2016, que será liquidada durante os anos de 2018 a 2020.

11. CAPITAL, RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 30 de junho de 2017 e 2016, o capital da Sociedade encontrava-se representado por 29.903.045 ações de valor nominal de 1 Euro cada, encontrando-se totalmente subscrito e realizado.

Em 30 de junho de 2017 e 2016, o capital da BBVA IFIC era detido pelas seguintes entidades:

Corporacion General Financera, S.A.	50,1%
Banco Bilbao Viscaya & Argentaria, S.A.	49,9%

	100%
	=====

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 31 de março de 2017, foi deliberado que a aplicação do resultado líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 fosse a seguinte:

Reserva Legal	272 188
Distribuição de dividendos aos accionistas	<u>2 449 687</u>
	<u><u>2 721 875</u></u>

Em 30 de junho de 2017 e 2016 as rubricas de reservas e resultados transitados tinham a seguinte composição:

	2017	2016
Reservas		
Reserva Legal	3 204 983	2 932 794
Outras Reservas	1 059 094	1 059 096
Resultados Transitados	10 612 913	10 612 912
	14 876 990	14 604 802

De acordo com a legislação em vigor, a Sociedade deverá destinar uma fração não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. A reserva legal não está disponível para distribuição, exceto em caso de liquidação da Sociedade, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.

12. SALDOS E TRANSACÇÕES COM EMPRESAS DO GRUPO

Em 30 de junho de 2017 e 2016, os principais saldos do balanço e da demonstração dos resultados mantidos com empresas do Grupo BBVA eram os seguintes:

	2017			
	BBVA Portugal	BBVA Espanha	BBVA Automercantil	Total
Activo				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 676 343	-	-	1 676 343
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-
Passivo				
Recursos de outras instituições de crédito (Nota 8)	-	247 499 199	-	247 499 199
Outros passivos	-	-	57 761	57 761
Resultados				
Juros e rendimentos similares (Nota 13)	-	-	-	-
Juros e encargos similares (Nota 14)	0	1 360 043	-	1 360 043
Encargos com serviços e comissões (Nota 16)	192 830	-	-	192 830
Gastos gerais administrativos (Nota 20)	-	-	233 230	233 230
2016				
	BBVA Portugal	BBVA Espanha	BBVA Automercantil	Total
Disponibilidades em outras instituições de crédito	925 241	-	-	925 241
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito (Nota 8)	-	215 570 393	-	215 570 393
Outros passivos	-	-	43 698	43 698
Activo				
Juros e rendimentos similares (Nota 13)	-	-	-	-
Juros e encargos similares (Nota 14)	-	1 530 471	-	1 530 471
Encargos com serviços e comissões (Nota 16)	153 602	-	-	153 602
Gastos gerais administrativos (Nota 20)	-	-	255 700	255 700

13. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Em 30 de junho de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Crédito Interno :		
Credito ao consumo	7 033 352	6 654 915
Locação financeira mobiliária	1 102 813	1 211 963
Outros créditos	2 345	374
	<u>8 138 510</u>	<u>7 867 252</u>
Crédito vencido	244 190	231 867
Juros de aplicações em instituições de crédito (Nota 12)	-	-
Outros juros e proveitos equiparados (Nota 12)	-	-
	<u>8 382 700</u>	<u>8 099 120</u>
Comissões associadas ao custo amortizado (Nota 1.2. a)):		
Comissões por abertura de contratos	848 825	350 063
Subvenções reconhecidas em proveitos ("Juros e proveitos equiparados -de credito interno")	370 115	174 132
	<u>9 601 641</u>	<u>8 623 315</u>

No exercício de 2017, os montantes recebidos e os montantes reconhecidos em resultados relativos a subvenções recebidas de fornecedores e a comissões cobradas na abertura de contratos de crédito apresentam a seguinte composição:

	2017
Subvenções recebidas	632 548
Subvenções reconhecidas em proveitos ("Juros e proveitos equiparados – de crédito interno")	370 115
Comissões por abertura de contratos recebidas	344 478
Comissões por abertura de contratos reconhecidas em proveitos	848 825

14. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 30 de junho de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Instituições de crédito no país:		
BBVA Portugal (Nota 12)	0	0
Instituições de crédito no estrangeiro:		
Banco Bilbao Viscaya Argentaria (Nota 12)	1 360 043	1 530 471
	<u>1 360 043</u>	<u>1 530 471</u>
Comissões pagas associadas ao custo amortizado (Nota 1.2. a)):		
Comissões por angariação de contratos	3 320 402	2 690 871
Rappel	267 758	223 281
Despesas com reserva de propriedade	201 867	211 215
	<u>3 790 026</u>	<u>3 125 367</u>
Bónus/Comissões	3 437	16 418
	<u>3 793 463</u>	<u>3 141 785</u>
	<u>5 153 507</u>	<u>4 672 255</u>

No exercício de 2017, os montantes pagos ou imputados e os montantes reconhecidos em resultados relativos a comissões de angariação de contratos, rappel e despesas de reserva de propriedade apresentam a seguinte composição:

	2017
- Comissões imputadas por angariação de contratos	4 063 594
- Comissões por angariação de contratos reconhecidas em custos	3 320 402
- Rappel imputado	379 356
- Rappel reconhecido em custos	267 758
- Despesas pagas com reserva de propriedade	66 784
- Despesas pagas com reserva de propriedade reconhecidas em custos	201 867

15. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 30 de junho de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Comissões de seguros	547 503	375 869
Estimativa de comissões de seguro a restituir (Nota 10)	(12 234)	(4 977)
Outros	<u>37 076</u>	<u>61 013</u>
	<u>572 345</u>	<u>431 906</u>

A rubrica “Comissões de seguros” refere-se a comissões recebidas pela Sociedade pela atividade de comercialização de seguros junto dos seus clientes.

16. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 30 de junho de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Comissões de seguros	246 879	151 201
Comissões pagas por serviços bancários (Nota 12)	192 830	153 602
Outros	<u>33 855</u>	<u>29 246</u>
	<u>473 565</u>	<u>334 049</u>

A rubrica “Comissões de seguros”, refere-se a comissões pagas pela Sociedade a fornecedores pela angariação de seguros junto dos seus clientes.

17. RESULTADOS NA ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Em 30 de Junho de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Rendimentos na alienação de outros ativos:</u>		
Ativos não correntes detidos para venda e		
bens associados a operações de crédito	11 612	50 411
Outros Ativos tangíveis	53 126	20 650
	<u>64 737</u>	<u>71 061</u>
 <u>Encargos na alienação de outros ativos</u>		
Ativos não correntes detidos para venda e		
bens associados a operações de crédito	(10 668)	(156 151)
Outros Ativos tangíveis	-	-
	<u>54 069</u>	<u>(85 089)</u>

As mais e menos valias na alienação de ativos não correntes detidos para venda e bens associados às operações de crédito são determinadas face ao valor bruto de balanço, sendo revertida a imparidade registada.

18. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 30 de junho de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
<u>Outros rendimentos de exploração:</u>		
Seguros facturados a clientes	1 303 817	1 411 416
Reembolso de despesas:		
Portes	373 869	363 480
Por recuperação de crédito	222 801	234 986
Outras	49 793	106 704
Recuperação de créditos incobráveis	346 949	409 879
Regularização de saldos a pagar	217 221	13 480
Cartões Repsol	38 525	38 868
Outros	86 091	71 687
	<u>2 639 065</u>	<u>2 650 500</u>
<u>Outros encargos de exploração:</u>		
Regularizações de saldos a receber	(238 369)	(14 939)
Ofertas a Clientes	(70 500)	(173 192)
Contribuição para o Fundo de Resolução	(78 733)	(47 616)
Regularizações associadas a contratos de crédito	(22 147)	(17 075)
Perdas relativas a exercícios anteriores	(14 565)	(9 131)
Outros	(43 354)	(44 266)
	<u>(467 667)</u>	<u>(306 219)</u>
	<u>2 171 398</u>	<u>2 344 281</u>

Fundo de Resolução

- *Alienação do Novo Banco*

O Banco de Portugal, enquanto autoridade de resolução e nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, com as alterações de que entretanto foi objeto ("RGICSF"), decidiu promover a alienação do Novo Banco, S.A. ("Novo Banco"), um banco de transição integralmente detido pelo Fundo de Resolução e criado a 3 de agosto de 2014 ("Procedimento de Venda do Novo Banco").

Para isso estabeleceu o enquadramento geral do Procedimento de Venda em Mercado do Novo Banco, incluindo o procedimento para a seleção de cornerstone investors ("Procedimento de Seleção de Cornerstone Investors"), isto é, investidores com quem o Fundo de Resolução irá celebrar um compromisso para a compra e/ou subscrição pelos

primeiros de ações do Novo Banco, S.A. (“Cornerstone Investors” e “Cornerstone Investment Agreement”), em momento anterior à realização da pretendida oferta de distribuição e possível admissão à cotação (“IPO”) das ações do Novo Banco (“Procedimento de Venda em Mercado”).

O lançamento do Procedimento de Venda em Mercado, tal como previsto na Deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal de 30 de março de 2016, fica sujeito ao cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

A informação disponível não permite estimar de forma adequada e razoável o impacto que eventualmente terá a venda do Novo Banco no Balanço da Sociedade.

- *Novo Banco (ex-BES)*

O Decreto-lei nº 24/2013, de 19 de fevereiro, estabeleceu o regime de contribuições das Instituições de Crédito para o novo Fundo de Resolução criado com a finalidade de prevenção, mitigação e contenção do risco sistémico. De acordo com o Aviso nº 1/2013 e as Instruções nº 6/2013 e nº 7/2013, do Banco de Portugal, a Sociedade pagou uma contribuição inicial e paga contribuições periódicas anuais para o Fundo de Resolução. O normativo em vigor prevê ainda que, caso os recursos do Fundo de Resolução se mostrem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações, pode ser determinado por diploma próprio que as instituições participantes efetuem contribuições especiais, e definidos os montantes, prestações, prazos e demais termos dessas contribuições. Durante o ano de 2014 foi determinada a resolução do Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”), tendo a generalidade da atividade e do património do BES sido transferida para o Novo Banco S.A.. Encontra-se atualmente em curso o processo com vista à alienação do Novo Banco, S.A., não estando disponível nesta data informação que permita avaliar o eventual impacto desta situação.

- *.Banif*

O Conselho de Administração do Banco de Portugal deliberou, no dia 19 de dezembro de 2015, aplicar ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A uma medida de resolução, tendo a atividade e património do Banif sido vendida ao Banco Santander Totta, com exceção de ativos problemáticos que foram transferidos para um veículo de gestão de ativos. No Banif permanecerá um conjunto muito restrito de ativos, que será alvo de futura liquidação, bem como as posições acionistas, dos seus créditos subordinados e de partes relacionadas. Nos termos desta decisão, os acertos associados à opção de delimitação do perímetro acordada entre as autoridades portuguesas, as instâncias europeias e o Banco Santander Totta, envolvem um apoio público estimado de 2.255 milhões de euros que

visam cobrir contingências futuras, dos quais e 498 milhões de euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de euros diretamente pelo Estado Português.

Nos termos do artigo 153º-I do Decreto-Lei nº 345/98, de 9 de novembro, se os recursos do Fundo de Resolução se mostrarem insuficientes para o cumprimento das suas obrigações, pode ser determinado por diploma próprio que as instituições participantes efetuem contribuições especiais, e definir os montantes, prestações, prazos e demais termos dessas contribuições. Ainda nos termos do mesmo artigo, uma instituição participante pode não ser obrigada a efetuar contribuições especiais, com fundamento na sua situação de solvabilidade.

De acordo com as informações disponíveis a esta data: (i) não é previsível que o Fundo de Resolução venha a propor a criação de uma contribuição especial para financiamento das medidas de resolução descritas acima, e (ii) prevê-se que eventuais défices do Fundo de Resolução sejam financiados através de contribuições periódicas ao abrigo do artigo 9º do Decreto-Lei nº 24/2013, de 19 de fevereiro, o qual estipula que as contribuições periódicas para o Fundo de Resolução devem ser pagas pelas instituições que nele participam, e que estejam em atividade no último dia do mês de abril do ano a que respeita a contribuição periódica.

19. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 30 de junho de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Salários e vencimentos:		
Retribuição base	829 024	827 396
Outras remunerações	527 460	444 515
Subsídio de Almoço	37 385	37 353
	<u>1 393 868</u>	<u>1 309 265</u>
Encargos sociais obrigatórios	279 436	249 477
Encargos sociais facultativos	88 959	31 523
	<u>368 396</u>	<u>280 999</u>
	<u>1 762 264</u>	<u>1 590 265</u>

Em 30 de junho de 2017 e 2016, o número de efetivos ao serviço da BBVA IFIC era o seguinte:

	2017	2016
Administração	1	1
Quadros directivos	7	7
Funções de Controlo	2	2
Quadros técnicos	35	36
Administrativos	12	13
	<u>57</u>	<u>59</u>

20. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 30 de junho de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Fornecimento de terceiros	52 239	34 829
Serviços de terceiros:		
Seguros	1 163 123	1 313 539
Custos com trabalho independente	199 804	259 998
Rendas e alugueres:		
Despesas debitadas pela BBVA Automercantil (Nota 12)	233 230	255 700
Despesas judiciais, contencioso e notariado	38 552	39 087
Comunicação despesas de expedição	181 038	163 234
Deslocações e estadas	83 525	87 441
Conservação e reparação de equipamentos	94 806	88 995
Serviços especializados:		
Gestão de clientes (Call center)	201 303	149 412
Consultadoria	34 657	119 935
Informática	34 952	35 699
Recuperação de crédito	44 779	54 920
Recuperação de viaturas	10 921	29 659
Outros	185 887	185 268
	<u>2 558 813</u>	<u>2 817 717</u>

A rubrica “Seguros” corresponde aos encargos com prémios de seguro liquidados pela Sociedade e reconhecidos como custo. Estes valores são faturados aos clientes ao longo das operações de crédito subjacentes, sendo reconhecidos como proveito na rubrica “Outros rendimentos de exploração – Seguros faturados a clientes” (Nota 18).

21. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No decurso da sua atividade, a Sociedade está sujeita a riscos vários. O controlo dos riscos da atividade da Instituição é efetuado com base em normas e orientações internas específicas definidas pela Sociedade, bem como pelo grupo bancário em que está inserida.

Risco de Crédito

O risco de crédito corresponde ao risco da contraparte de um instrumento financeiro causar uma perda financeira à Sociedade em resultado de incumprimento das obrigações.

Avaliação do risco

Cada proposta de negócio é previamente analisada na Área Comercial das Divisões de Negócio existentes, sendo de seguida enviada para a Direção de Risco.

O risco de crédito associado a cada proposta de negócio é quantificado pelos analistas de crédito com a aplicação dos critérios de análise definidos pela Direção de Risco, a qual procede à aprovação final de todas as propostas de negócio. Está ainda disponível um modelo de *credit-scoring* que permite uma avaliação automática do perfil de alguns proponentes.

A Sociedade classifica os seus clientes da seguinte forma:

- i) “Perigoso” - clientes que tenham contratos com saldo vencido há mais de 90 dias;
- ii) “Preocupante” - clientes que tenham contratos com saldo vencido há mais de 30 dias ou que tenham tido, nos últimos 6 meses, duas ou mais rendas pagas com atraso superior a 30 dias;
- iii) “A vigiar” - clientes que tenham tido nos últimos 12 meses duas ou mais rendas com atraso superior a 30 dias.

Em 30 de junho de 2017 e 2016, a exposição em balanço apresenta a seguinte repartição:

	2017			2016		
	Crédito vincendo	Crédito e juros vencidos	Total	Crédito vincendo	Crédito e juros vencidos	Total
Perigoso	1 181 591	14 968 184	16 149 775	2 536 329	14 809 366	17 345 695
Preocupante	4 159 038	282 994	4 442 032	14 218 493	2 306 637	16 525 130
A vigiar	7 846 111	24 671	7 870 781	1 258 349	19 392	1 277 741
Sem risco	271 047 477	283 323	271 330 799	236 548 606	383 119	236 931 725
	284 234 216	15 559 171	299 793 387	254 561 777	17 518 514	272 080 291

Estão definidos vários níveis de autorização, em função das habilitações e da experiência anterior do colaborador, existindo operações cuja decisão final tem de ser tomada em comité com a participação da Administração.

O controlo do risco de crédito é assegurado através do acompanhamento diário dos limites que estão autorizados, quer os mesmos sejam estabelecidos pelos órgãos de gestão ou pelas entidades de supervisão.

Tanto o rácio de "Inpagado" (quociente entre responsabilidade vencida há menos de 90 dias e a responsabilidade total do cliente), como o rácio de "Mora" (quociente entre responsabilidade vencida há mais de 90 dias e a responsabilidade total do cliente) revelam uma tendência de estabilização do incumprimento de curto prazo e um aumento do incumprimento de médio e longo prazo.

Em 30 de junho de 2017 e 2016, estes rácios apresentam a seguinte evolução:

2017						
Inpagado	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17
Concessionarios Novos	0,19%	0,18%	0,17%	0,18%	0,16%	0,14%
Concessionarios Usados	0,38%	0,39%	0,36%	0,39%	0,30%	0,30%
Consumo	0,31%	0,30%	0,31%	0,35%	0,25%	0,28%
Cartões	0,47%	0,63%	0,59%	0,55%	0,51%	0,46%
Equipamento	0,37%	0,18%	0,25%	0,44%	0,25%	0,10%
Frotas	0,13%	0,16%	0,27%	0,20%	0,18%	0,14%
Motas	0,00%	0,02%	0,07%	0,07%	0,00%	0,04%
Opera	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Revolving	0,11%	0,09%	0,12%	0,17%	0,10%	0,09%
Global	0,21%	0,20%	0,20%	0,21%	0,17%	0,16%

2017						
Mora	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17
Concessionarios Novos	3,24%	3,23%	3,15%	3,10%	3,07%	2,98%
Concessionarios Usados	14,21%	14,20%	14,31%	14,05%	14,34%	14,34%
Consumo	1,25%	1,36%	1,54%	1,57%	1,82%	1,92%
Cartões	14,24%	14,60%	15,93%	16,38%	16,09%	16,18%
Equipamento	85,03%	86,30%	86,58%	87,49%	88,94%	89,15%
Frotas	4,44%	4,46%	4,16%	4,25%	4,20%	4,26%
Motas	0,47%	0,50%	0,50%	0,50%	0,45%	0,46%
Opera	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Revolving	37,75%	33,76%	30,84%	29,41%	27,04%	25,57%
Global	5,42%	5,39%	5,28%	5,21%	5,18%	5,06%

2016						
Inpagado	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16
Concessionarios Novos	0,25%	0,27%	0,23%	0,24%	0,23%	0,21%
Concessionarios Usados	0,46%	0,51%	0,42%	0,53%	0,45%	0,44%
Consumo	0,28%	0,32%	0,31%	0,37%	0,41%	0,37%
Cartões	0,27%	0,35%	0,38%	0,48%	0,32%	0,32%
Equipamento	1,15%	0,88%	1,09%	0,84%	0,87%	0,65%
Frotas	0,19%	0,39%	0,16%	0,25%	0,49%	0,31%
Motas	0,40%	0,27%	0,28%	0,25%	0,40%	0,11%
Opera	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Revolving	0,18%	0,19%	0,16%	0,17%	0,17%	0,10%
Global	0,28%	0,31%	0,28%	0,28%	0,27%	0,25%

2016						
Mora	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16
Concessionarios Novos	3,45%	3,42%	3,34%	3,38%	3,37%	3,31%
Concessionarios Usados	13,20%	13,27%	13,31%	13,37%	13,54%	13,77%
Consumo	0,17%	0,22%	0,26%	0,31%	0,32%	0,38%
Cartões	15,82%	16,47%	16,59%	16,45%	16,07%	16,19%
Equipamento	69,19%	71,06%	71,89%	73,72%	75,28%	76,97%
Frotas	3,84%	3,68%	3,68%	3,74%	3,76%	3,80%
Motas	0,00%	0,11%	0,32%	0,36%	0,45%	0,44%
Opera	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Revolving	87,57%	87,80%	88,02%	88,23%	88,48%	72,08%
Global	5,88%	5,85%	5,72%	5,77%	5,76%	5,67%

Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde à incapacidade da Sociedade cumprir as suas obrigações financeiras.

Avaliação do risco

A Sociedade está integrada no grupo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, instituição que disponibiliza a abertura de linhas de crédito assumindo a gestão dos riscos de liquidez de modo a imunizar os referidos risco ao nível da Sociedade. Desta forma, centraliza-se a gestão daqueles riscos dentro do grupo.

Em 30 de junho de 2017 e 2016, os prazos residuais contratuais até à maturidade dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

		jun/17						
		À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros (1)
		Total						
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais		1 955 848	-	-	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito		1 676 343	-	-	-	-	-	-
Crédito a clientes		-	6 780 395	12 494 054	126 025 247	138 934 519	15 559 171	18 025 369
		3 632 191	6 780 395	12 494 054	126 025 247	138 934 519	15 559 171	18 025 369
Passivo								
Recursos de outras instituições de crédito		-	284 045	4 246 841	33 625 490	209 196 046	-	146 777
		-	284 045	4 246 841	33 625 490	209 196 046	-	146 777
Gap de liquidez		3 632 191	6 496 350	8 247 213	92 399 758	(70 261 527)	15 559 171	17 878 592
								73 951 749

		jun/16						
		À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros (1)
		Total						
Activo								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais		983 248	-	-	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito		925 241	-	-	-	-	-	-
Crédito a clientes		-	2 455 756	18 938 243	115 401 877	117 765 901	17 518 514	14 365 337
		1 908 489	2 455 756	18 938 243	115 401 877	117 765 901	17 518 514	14 365 337
Passivo								
Recursos de outras instituições de crédito		-	-	3 530 144	58 915 048	153 137 127	(11 925)	-
		-	-	3 530 144	58 915 048	153 137 127	(11 925)	-
Gap de liquidez		1 908 489	2 455 756	15 408 099	56 486 829	(35 371 226)	17 530 439	14 365 337
								72 783 723

- 1) - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos cash-flows futuros de um instrumento financeiro sofrerem flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

Avaliação do risco

O risco de taxa de juro encontra-se acautelado, uma vez que a carteira de crédito é composta com taxa indexada e adicionalmente possui uma margem bastante confortável relativamente às linhas de crédito em vigor. No caso de haverem alterações substanciais podem ser despoletados mecanismos de cobertura adequados, conjuntamente com o BBVA Portugal.

Em 30 de junho de 2017 e 2016, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

jun/17				
	Não sujeito a taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1 955 848	-	-	1 955 848
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	1 676 343	1 676 343
Crédito a clientes	-	121 796 204	196 022 551	317 818 756
	<u>1 955 848</u>	<u>121 796 204</u>	<u>197 698 894</u>	<u>321 450 947</u>
Passivo				
Recursos de outras instituições de crédito	-	(110 312 458)	(137 186 741)	(247 499 199)
	<u>1 955 848</u>	<u>11 483 747</u>	<u>60 512 153</u>	<u>73 951 749</u>

jun/16				
	Não sujeito a taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
Activo				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	983 248	-	-	983 248
Disponibilidades em outras instituições de crédito	925 241	-	-	925 241
Crédito a clientes	-	99 157 322	187 288 305	286 445 627
	<u>1 908 489</u>	<u>99 157 322</u>	<u>187 288 305</u>	<u>288 354 117</u>
Passivo				
Recursos de outras instituições de crédito	-	(88 861 788)	(126 708 606)	(215 570 393)
	<u>1 908 489</u>	<u>10 295 535</u>	<u>60 579 699</u>	<u>72 783 723</u>

22. PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E LINHAS DE NEGÓCIO

Todos os proveitos gerados pela atividade da BBVA IFIC nos exercícios de 2017 e 2016 resultaram de operações realizadas em Portugal. Por outro lado, no que se refere ao modelo de segmentação por linhas de negócio anexo à Instrução nº 11/2003, do Banco de Portugal, a atividade da BBVA IFIC enquadra-se integralmente no âmbito da categoria denominada de “Banca comercial”.

23. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, Em 30 de junho de 2017 e 2016, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	2017	2016
Numerário	250	250
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>3 631 941</u>	<u>1 908 239</u>
	<u>3 632 191</u>	<u>1 908 489</u>

24. GESTÃO DE CAPITAL

Os procedimentos adotados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais da Sociedade são os que resultam das disposições emanadas do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial.

Em 30 de junho de 2017 e 2016, o detalhe dos fundos próprios da Sociedade apresenta-se de seguida:

	2017	2016
Fundos Próprios		
Capital Realizado	29 903 045	29 903 045
Reservas e resultados transitados	14 876 990	14 604 802
Imobilizações incorpóreas	-	-
Fundos Próprios de Base (TIER I)	44 780 035	44 507 847
Fundos próprios complementares (TIER II)	2 808 400	2 524 663
Deduções	-	-
Fundos Próprios Totais	47 588 435	47 032 510
Ativos Ponderados pelo Risco	244 660 038	222 305 782
Requisitos de Fundos próprios para Risco de Crédito	19 572 803	17 784 463
Requisitos de Fundos próprios para Risco Operacional	1 626 620	1 626 620
Requisitos de Fundos próprios totais	21 199 423	19 411 083
Rácios Prudenciais		
CET1 Capital Ratio	18,30%	20,02%
T1 Capital Ratio	18,30%	20,02%
Total Capital Ratio	19,45%	21,16%

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2017. Após o encerramento do referido período e até à elaboração de presente relatório, não se registaram outros factos relevantes suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

26. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAISHonorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

O Total de custo associado à Revisão Legal de Contas relativo ao exercício de 2017 com o atual ROC (Mazars) com base num contrato de prestação de serviços ascende globalmente a 64.750 €, podendo ser detalhado da seguinte forma:

Revisão legal das contas anuais	48 750
Outros serviços de garantia de fiabilidade	16 000
Consultadoria fiscal	-
	<hr/>
	64 750
	<hr/>

Seguros

A Sociedade para além da sua atividade principal consentida às Instituições Financeiras de Crédito, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 186/2002, de 21 de agosto, nomeadamente a prática de todas as operações permitidas aos bancos, com exceção da receção de depósitos, exerce também a atividade de Mediação de Seguros, estando registada na ASF na categoria de Mediador de Seguros Ligado com o nº 207231498.

Conforme requerido pela norma ASF nº. 15/2009, de 30 de dezembro, artigo 4º, apresenta-se em seguida a informação que se aplica à Sociedade:

Alínea a) - Reconhecimento dos proveitos e dos custos

As políticas seguidas pela Sociedade no reconhecimento dos proveitos e custos com comissões encontram-se descritas na Nota 1.2. i).

Alínea b) - Total das remunerações recebidas, desagregadas por natureza e por tipo:

Remunerações Seguros 2017	Comissões	Honorários	Outras Remunerações
Natureza - Numerário	623 592	-	-
Natureza - Espécie	-	-	-

Remunerações Seguros 2016	Comissões	Honorários	Outras Remunerações
Natureza - Numerário	339 297	-	-
Natureza - Espécie	-	-	-

Alínea c) e d) - Total de comissões desagregadas por ramos e por seguradores

Remunerações Seguros 2017	Ramo Vida	Outros Ramos Não Vida
Mapfre Asistencia	-	13 374
Mapfre Vida	793 128	-
Liberty Seguros	(231 973)	323
Cardif Assurance Vie	(2 208)	-
Cardif Assurances Risques Divers	-	(984)
Axa Portugal	-	51 932

Remunerações Seguros 2016	Ramo Vida	Outros Ramos Não Vida
Mapfre Asistencia	-	17 673
Mapfre Vida	503 058	-
Liberty Seguros	(235 337)	483
Cardif Assurance Vie	(1 593)	-
Cardif Assurances Risques Divers	-	(1 517)
Axa Portugal	-	56 531

Alínea e)

Não se aplica - Na qualidade de Mediador de Seguros Ligado, a Sociedade não tem poderes de cobrança, pelo que os prémios dos seguros são pagos na totalidade pela Sociedade (enquanto Tomador de Seguro) diretamente à Seguradora.

Alínea f) - Total das remunerações a receber, desagregadas por natureza e por tipo:

Remunerações Seguros 2017	Comissões	Honorários	Outras Remunerações
Natureza - Numerário	(76 090)	-	-
Natureza - Espécie	-	-	-

Remunerações Seguros 2016	Comissões	Honorários	Outras Remunerações
Natureza - Numerário	196 719	-	-
Natureza - Espécie	-	-	-

Alínea g) - Total de comissões desagregadas por ramos e por seguradores

Remunerações Seguros 2017	Ramo Vida	Outros Ramos Não Vida
Mapfre Asistencia	-	6 859
Mapfre Vida	(70 293)	-
Liberty Seguros	-	(81)
Cardif Assurance Vie	84	-
Cardif Assurances Risques Divers	-	-
Axa Portugal	-	(12 658)

Remunerações Seguros 2016	Ramo Vida	Outros Ramos Não Vida
Mapfre Asistencia	-	10 817
Mapfre Vida	188 788	-
Liberty Seguros	(44 200)	574
Cardif Assurance Vie	(3 019)	-
Cardif Assurances Risques Divers	-	(915)
Axa Portugal	-	44 674

Alíneas h, i), j), k) e l)

Não se aplicam à Sociedade.

Mensuração da imparidade da carteira de crédito

Conforme requerido pela Carta Circular nº 02/2014/DSP de 26 de fevereiro do Banco de Portugal (“Carta Circular”), apresentam-se as seguintes divulgações relativas à mensuração da imparidade da carteira de crédito concedido pela Sociedade. Não obstante a Sociedade ter desenvolvido um modelo interno de apuramento de imparidade, atendendo a que as demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas, as divulgações quantitativas previstas no anexo V da Carta Circular, na componente relativa à imparidade correspondem às provisões contabilísticas.

Divulgações qualitativas

a) *Política de gestão de risco de crédito (incluindo gestão do risco de concentração)*

Crédito a clientes e Provisões para Risco de Crédito

Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas associadas ao crédito e às respetivas provisões encontram-se descritas na Nota 1.2. alíneas a) e b).

Gestão de Risco de Crédito

O Risco de Crédito corresponde ao risco da contraparte de um instrumento financeiro causar uma perda financeira à Sociedade em resultado de incumprimento das obrigações.

Atualmente, todas as propostas oriundas de qualquer tipo de Negócio detêm um Modelo de *Scoring* associado, fato que permite um maior controlo e homogeneidade de aplicação dos critérios de Risco, como também a captura de informação relevante para estudos posteriores ou reestimações de modelos matemáticos. Por outro lado, uma equipa de analistas de crédito detêm a responsabilidade de decidir todas as propostas que não tenham sido decididas por *Scoring* ou efetuar, se bem fundamentados, os respetivos *overwrites*.

Estão definidos vários níveis de autorização (delegação de Poderes), em função das habilitações e da experiência anterior do colaborador, existindo operações cuja decisão final tem de ser tomada em Comité de Risco com a participação da Administração.

O controlo do risco de crédito é assegurado através do acompanhamento diário dos limites que estão autorizados, quer sejam estabelecidos pelos órgãos de gestão ou pelas entidades de supervisão.

Por outro lado, a Sociedade classifica, para efeitos de gestão interna, todos seus clientes da seguinte forma:

- “Perigoso” - clientes que tenham contratos com saldos vencidos há mais de 90 dias;
- “Preocupante” - clientes que tenham contratos com saldo vencido há mais de 30 dias ou que tenham tido, nos últimos 6 meses, duas ou mais rendas pagas com atraso superior a 30 dias;
- “A vigiar” - clientes que tenham tido nos últimos 12 meses duas ou mais rendas com atraso superior a 30 dias.

Ao longo dos últimos anos, a Gestão do Risco de Crédito tem sido, de forma consistente, pautada pelo rigor na seleção dos canais de distribuição, prudência na admissão do risco, antecipação às alterações de mercado e uma segregação funcional entre as Direções Comerciais e a Direção Financeira e Risco.

Na sua gestão e, no exercício transato, destaca-se:

- Orientação e focalização no negócio core da sociedade (financiamento automóvel);
- Maior exigência ao nível dos dados para análise da solvabilidade do cliente final e das garantias contratadas;
- Validação e confirmação prévia dos dados das propostas e controle de fraudes;
- Redução da exposição média por cliente, com focalização do negócio no financiamento a particulares.

Em resultado de uma gestão rigorosa da carteira de crédito, o ano de 2016 ficou marcado por:

- Um forte esforço na constituição e antecipação de provisões para cobertura de riscos de delinquência da carteira, totalmente suportado pela margem de exploração da sociedade;
- Antecipação de incumprimento e saneamentos em clientes de maior risco;
- Ampla cobertura com provisões e colaterais;
- Rácios de incumprimento nos vários segmentos de negócio que se comparam de forma extraordinariamente favorável com o mercado.

Em suma, a BBVA IFIC caracteriza-se atualmente como tendo uma postura prudente na Gestão do Risco de Crédito e considera que o seu sistema de gestão deste risco é adequado às necessidades despoletadas pela execução das estratégias de negócio.

Por outro lado, a Direção Financeira e Risco encontra-se responsável pela admissão e seguimento do crédito e, como suporte, são utilizados Modelos de *Scoring* e um Modelo de cálculo das perdas por Imparidade.

O modelo de governação deste Risco encontra-se assente em manuais, onde se encontram definidos todos os processos, procedimentos e técnicas de identificação, avaliação, acompanhamento e controlo do risco de crédito.

Acresce referir que, a Sociedade considera que a avaliação do risco de crédito é suficiente face à estratégia de negócio empreendida, salientando a:

- Existência de procedimentos de avaliação das perdas inesperadas (exercício do ICAAP);
- Existências de técnicas complementares de quantificação do impacto/magnitude das perdas potenciais (exercícios de Stress Tests e Reverse Stress Tests).

Risco de Concentração

Modelo de Governação

À semelhança dos restantes Riscos e, sendo a gestão do Risco de Concentração um tema transversal à BBVA IFIC, definiu-se um modelo que procura garantir, no curto prazo, a sua exequibilidade e uma visão e gestão integradas e a médio prazo a incorporação dos resultados obtidos na gestão diária da Sociedade.

Definição

Entende-se por Risco de Concentração de Crédito uma exposição, ou grupo de exposições em Risco, com potencial para produzir perdas de tal modo elevadas que coloquem em causa a solvabilidade da Sociedade ou a capacidade para manter as suas principais operações. Em particular, o Risco de Concentração de Crédito decorre da existência de fatores de Risco comuns ou correlacionados entre diferentes Clientes, de tal modo que a deterioração daqueles fatores implica um efeito adverso simultâneo na qualidade de crédito de cada um daqueles Clientes.

Em conformidade com o Decreto de Lei nº 104/2007, existem 3 tipos de fundamentais de Risco de Concentração:

- Exposições significativas a um Cliente individual, ou grupo relacionado – *Single name concentration risk*;
- Exposições significativas a grupos de Clientes cuja probabilidade de entrarem em incumprimento resulta de fatores subjacentes comuns;
- Exposições de crédito indiretas, resultantes da aplicação de técnicas de redução de Risco. [Risco não aplicável à Sociedade]

Tal como para os outros Riscos, também a eficácia da Gestão deste Risco depende da existência de um processo de identificação dos fatores, internos e externos à Sociedade, que possam afetar a sua capacidade para implementar a estratégia ou atingir os objetivos definidos.

Para efeitos de Risco de Concentração, considera-se que o mesmo é materialmente relevante se, e só se, o somatório da Exposição total direta bruto de Provisões dos 20 maiores Clientes ou Grupos de Clientes (medidos sob a mesma variável) for superior a 8% do valor total dos Ativos da Sociedade.

Não obstante o fato de o Risco não ser materialmente relevante, a Sociedade procura incorporar na sua estratégia, como limites de referência relativamente aos Setores de Atividade Económica, os valores correspondentes ao *benchmark* construído a partir da informação do total de crédito concedido pela globalidade do sistema financeiro português divulgada pelo Banco de Portugal (Estatísticas Monetárias e Financeiras).

Por outro lado, caso se verifique a existência materialmente relevante do Risco de Concentração, a Sociedade procederá à implementação de medidas de mitigação do mesmo.

Avaliação

O processo de avaliação de riscos da BBVA IFIC encontra-se suportado por análises, qualitativas e/ou quantitativas, baseadas em metodologias adequadas à natureza e magnitude do risco e à complexidade e dimensão da atividade desenvolvida.

Controlo

As atividades de Controlo deste Risco deverão ser asseguradas em duas plataformas inter-relacionadas: Admissão e Acompanhamento.

Controlo - Admissão

Na fase de Admissão do Risco de Crédito, o controlo do Risco de Concentração é assegurado pela existência de:

- Delegações: a existência de diferentes Delegações promove um controlo adequado e prudente deste Risco, na medida em que a aprovação de montantes elevados obriga à análise por parte de diferentes níveis hierárquicos;
- Plafonds: a atribuição de Plafonds a Cliente(s) ou Grupo(s) de Clientes é feita com base em análises consubstanciadas num documento que é sujeito a aprovação mediante o esquema de Delegações vigente;
- Alertas: todas as análises de Risco são efetuadas através de um documento interno que inclui sempre, entre muitas outras informações, o valor do Limite do Plafond atribuído e a respetiva data de validade e que permite ao Analista a sua visualização imediata;
- Comité de Risco: trata-se de um eficaz mecanismo de Controlo, uma vez que, para além das habituais análises de Operações que superem um determinado valor (de acordo com o esquema de Delegações), também promove o debate com diversas unidades de estrutura relativamente à concessão de Crédito a Clientes ou Grupos Económicos de Clientes.

Controlo - Acompanhamento

As atividades de Controlo deste Risco são asseguradas, operacionalmente, pela Direção de Financeira e Risco, Direção Assessoria Jurídica, Contencioso e Recuperações e pela Direção Comercial em sede de Comité de Risco.

Assim, sempre que se verifique uma existência de Risco de Concentração desajustado do seu perfil, as Unidades de Estrutura supracitadas procedem, em sede de Comité Técnico de Operações a:

- Uma análise mais detalhada da exposição a um determinado fator de Risco;
- Revisão do desempenho e capacidade económico-financeira de determinados Clientes/Grupos de Clientes;
- Proposta de revisão das Políticas de Aprovação de novos créditos;
- Proposta de revisão dos métodos e técnicas adotadas para a redução deste Risco, com destaque para os aspetos ligados à valorização e ao vínculo jurídico.

Por outro lado e, periodicamente, este Comité reúne e analisa os resultados dos Relatórios de Avaliação, tendo em vista as possibilidades de procedimentos mencionados no parágrafo anterior.

b) Política de Write-Off de créditos

Sempre que existam Write off's, o Responsável da Direção Financeira deverá enviar para a Contabilidade, via email, uma listagem com o detalhe de todos os write off's a efetuar. A referida listagem tem informação dos contratos em causa por centro de custo. A contabilização dos write off's é efetuada pela Área de Informática de forma automática. O colaborador da AC deverá imprimir a listagem recebida e comparar com os lançamentos contabilísticos efetuados.

Após impressão e assinatura da nota de lançamento da aplicação Lease, o colaborador da AC deverá proceder ao seu arquivo juntamente com a listagem previamente impressa.

O tratamento dos writte-offs é efetuado segundo os procedimentos contabilísticos. O Modelo de Imparidade não calcula Imparidade para esta tipologia de créditos, no entanto, os mesmos são mantidos nas séries históricas utilizadas na prossecução do cálculo dos Fatores de Risco.

c) Política de reversão de imparidade

Não são efetuadas reversões nos Contratos/Clientes/Grupos de Clientes do Modelo de Imparidade. Caso se efetue esse procedimento, deverá ser aprovado em sede de Comité de Gestão de Riscos. Todas as restantes reversões de provisões possíveis deverão ser efetuadas de acordo com os procedimentos contabilísticos vigentes.

d) Política de conversão de dívida em capital do devedor

Não aplicável à Sociedade.

e) Descrição das medidas de reestruturação aplicadas e respetivos riscos associados, bem como os mecanismos de controlo e monitorização dos mesmos.

Quando existem indícios de dificuldades financeiras de um cliente ou mesmo situações de incumprimento, a BBVA IFIC pode apresentar soluções para reestruturação dos contratos, com o objetivo de adequar os encargos do financiamento aos rendimentos ou proveitos do cliente.

Estas situações, que passam frequentemente por uma extensão do prazo do contrato, significam uma alteração ao risco de crédito que lhe está associado pelo que carecem sempre de uma autorização prévia por parte da área de Recuperações (DAJUCR), seja pela área de Risco & Prevenção de Fraude (DFR).

Na BBVA IFIC existem 3 tipologias diferentes de situações em que são efetuadas reestruturações financeiras, para as quais se definiram “produtos” específicos, dado que têm condições de aplicação diferenciadas:

Produto Solução I - aplicado na reestruturação de contratos em que à data da alteração financeira não existem situações de incumprimento. A aprovação destas alterações é efetuada pela área de Risco & Prevenção de Fraude (DFR);

Produto Solução II - aplicado na reestruturação de contratos em que à data da alteração financeira existem situações de incumprimento por um prazo inferior a 90 dias. A aprovação destas alterações é efetuada pela área de Recuperações (DAJUCR);

Produto Resgate - aplicado na reestruturação de contratos em que à data da alteração financeira existem situações de incumprimento por um prazo superior ou igual a 90 dias. A aprovação destas alterações é efetuada pela área de Recuperações (DAJUCR).

f) Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais

A avaliação de colaterais é feita mediante a informação proveniente da base de dados Eurotax.

g); h); i); j); k); l) Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade

As provisões registadas contabilisticamente correspondem à aplicação das percentagens definidas pelo Banco de Portugal para créditos vencidos, de cobrança duvidosa e em situação normal, sendo complementadas por provisões constituídas acima destes montantes mínimos, quando considerado adequado.

A Sociedade detém uma metodologia de cálculo de perdas por imparidade no âmbito da aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade (IAS). Neste sentido, e dando cumprimento às linhas de orientação definidas pelo IAS 39, a imparidade estimada resulta da diferença entre o valor de balanço dos créditos em imparidade e o respetivo cash-flow esperado atualizado, sendo utilizadas as taxas de juro dos créditos no desconto financeiro.

O cálculo das perdas por imparidade foi efetuado segundo duas metodologias complementares, existindo operações de crédito sujeitas a análise individual e operações de crédito sujeitas a análise coletiva.

Para efeitos da análise individual, a Sociedade considerou os clientes ou grupos de clientes com uma exposição total superior a 375.000 euros.

Para os clientes para os quais são identificados indícios de imparidade, a expectativa de recuperação futura foi apurada pelos analistas de risco de recuperação, tendo em consideração a sua experiência, a exposição do cliente e o valor de mercado do equipamento associado. Foram ainda consideradas as informações constantes na central de risco do Banco de Portugal (mora, contencioso, créditos abatidos ao ativo e renegociações), informação de incidentes obtida junto da Crediinformações (ações judiciais contra o cliente), classificação interna do cliente (“perigoso”, “preocupante” e “a vigiar”) e incidentes internos (incumprimentos e/ou default nos últimos 12 meses). A imparidade atribuída consistiu na diferença entre o valor de balanço e a expectativa de recuperação total.

Os clientes não incluídos na análise individual, bem como os clientes para os quais não sejam apuradas perdas por imparidade ao nível da análise individual, são incluídos numa análise coletiva.

Para este efeito a carteira de crédito concedido foi segmentada nos seguintes grupos de operações (grupos homogéneos):

- Concessionários Novos;
- Concessionários Usados;
- Frotas;
- Equipamento;
- Opera;
- Consumo/Revolving;

As responsabilidades totais por cliente dentro de cada um destes segmentos foram divididas em três subsegmentos, com base na situação de incumprimento:

- Clientes com incumprimento superior a 90 dias (operações em default): O cash-flow esperado corresponde ao valor em dívida dos créditos multiplicado pelas expectativas de recuperação futuras descontadas à taxa de juro dos contratos. As expectativas futuras de recuperação correspondem ao complementar da Loss Given Default (LGD);
- Clientes com incumprimento superior a 30 dias e inferior a 90 dias (operações com indícios de imparidade): a imparidade é determinada com base na probabilidade destas operações ultrapassarem os 90 dias de incumprimento (Probability of Default - PD), e nas expectativas de recuperação futuras. Em ambos os casos os cash-flows serão descontados às taxas de juro dos respetivos contratos. Este subsegmento inclui também, todos os clientes classificados internamente como “A vigiar” ou “Preocupante”, mesmo que não apresentem incumprimento;

- Crédito sem incumprimento: os cash-flows esperados resultam da aplicação do método descrito para os créditos com incumprimento superior a 30 dias e inferior a 90 dias. No entanto, para efeito da determinação da imparidade, o diferencial entre o valor de balanço do crédito e o cash-flow esperado obtido com base no método descrito para o segmento anterior foi multiplicado pela probabilidade de entrada em indício no horizonte temporal de 6 meses (Probabilidade de indício - PI).

As expectativas futuras de recuperação após incumprimento aos 90 dias são obtidas através da análise histórica do comportamento de um conjunto de operações iniciadas num determinado intervalo de tempo com uma determinada profundidade.

Adicionalmente, a Sociedade incorporou no modelo uma estimativa de custos externos a incorrer com a recuperação por via de contencioso, assente num estudo de periodicidade anual.

Os fatores de risco são atualizados anualmente com referência a 30 de junho de cada ano, e a metodologia utilizada na determinação dos Fatores de Risco que determinam o cálculo do cash-flow esperado, ou seja, PD, PI e LGD é a seguinte:

Probabilidade de Default (PD)

Para efeitos do cálculo das PD's consideram-se em situação de incumprimento todas as operações que, segundo os registos internos da Sociedade, apresentem morosidade igual ou superior a 30 dias e dívida superior a 50 euros. A avaliação efetuada visa calcular a probabilidade destas operações ultrapassarem os 90 dias em incumprimento, tendo em consideração o período de tempo decorrido desde a ocorrência do incumprimento.

São calculadas curvas diferentes de probabilidades de default, em cada grupo homogêneo de risco, consoante os clientes tenham ou não tido default no passado.

Probabilidade de Indício (PI)

A avaliação efetuada visa calcular a probabilidade de operações sem incumprimento/indício passarem a uma situação de Indício. O cálculo é efetuado tendo por objetivo determinar qual a probabilidade de ocorrer essa migração num determinado Período de emergência.

São calculadas curvas diferenciadas de probabilidades de Indício para cada grupo homogéneo de risco, consoante os clientes tenham ou não tido indícios ou default no passado.

Perda em caso de incumprimento (Loss Given Default - LGD)

As expetativas futuras de recuperação podem materializar-se através de cobranças posteriores ao incumprimento aos 90 dias (recuperação “normal”) e/ou da retoma dos bens objeto de contrato de leasing e crédito e subsequente alienação (recuperação “contenciosa”).

As expetativas de recuperação são calculadas para cada segmento a partir das cobranças registadas na aplicação informática de contabilidade com natureza de capital e juros, excluindo outras despesas.

Para cada grupo homogéneo de risco, são calculadas curvas de LGD's distintas.

As LGD's são estimadas de forma diferenciada para cada Grupo Homogéneo.

Para o conjunto de operações que não se enquadrem nos Grupos Homogéneos definidos, o valor de Imparidade deverá ser igual ao valor das Provisões regulamentares de acordo com o Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal.

No caso de um Cliente ou Grupo de clientes apresentar contratos classificados em diferentes grupos homogéneos de risco, todos os contratos são classificados segundo o grupo de contratos que estiver na pior situação.

m) Descrição do (s) período (s) emergente utilizado para os diferentes segmentos e justificação da sua adequação

O Conselho de Administração da Sociedade considera adequado o período de emergência de 12 meses atendendo às melhores praticas implementadas nesta matéria.

n) Descrição detalhada do custo associado ao risco de crédito, incluindo divulgação das PD, EAD, LGD e taxas de cura

Ver alínea g) acima.

o) Conclusões sobre as análises de sensibilidade ao montante de imparidade a alterações nos principais pressupostos

Efetuarão-se dois testes no âmbito da Análise de Sensibilidade sobre a Carteira de Crédito, de acordo com os seguintes pressupostos:

Cenário I

Simulação de um enquadramento que provoque um aumento acentuado da probabilidade de incumprimento dos clientes, com o agravamento das Probabilidades de Indício (PI) e das Probabilidades de Default (PDs) utilizadas no cálculo da Imparidade. A análise é efetuada através do recálculo da Imparidade com base nas PIs e PDs agravadas com um choque de 50%.

Cenário II

Simulação que reflete uma maior dificuldade nos processos de recuperação dos montantes em incumprimento.

Importa salientar que por desvalorização entende-se a queda do valor de mercado de uma garantia, nas PD's ou PI's.

A área de negócio mais sensível a um choque nas Probabilidades é a de Concessionários Novos.

A área de negócio mais sensível a um agravamento na curva de LGD's é a OPERA (negócio já descontinuado).

a diminuição da capacidade da Instituição em convertê-la em liquidez e a diminuição da capacidade dos clientes de regularizar a situação quando não há garantias. O efeito dessa desvalorização foi materializado num agravamento das curvas de Loss Given Default (LGD) com um choque de 50%.

Conclusões

Os resultados das análises efetuadas enquadram-se dentro das expectativas.

Confirma-se que o Modelo é mais sensível a uma variação no Parâmetro das LGD's do que nas PD's ou PI's.

A área de negócio mais sensível a um agravamento na curva de LGD's é a OPERA (negócio já descontinuado).

Lisboa

Edifício Infante
Av. D. João II,
N.º 35 F/G/H - 2 Piso
1990-083
Parque das Nações
Lisboa,
Portugal
Tel: +(351) 21 798 57 00
Fax: +(351) 21 798 58 91

Porto

Rua Simão Bolivar
Nº 231,
4470-214 Maia
Maia,
Portugal
Tel: +(351) 229 431 600
Fax: +(351) 229 431 659